

Eugenia no Brasil, 1917-1940

Nancy Leys Stepan

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Livraria Francisco Alves

Rua do Ouvidor, 166 -- RIO DE JANEIRO



AGABA DE PUBLICAR

Sexo

e

Civilização



(Novas diretrizes da Política Eugénica Mundial)

PELO

DR. RENATO KEHL

da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, da Academia Nacional de Medicina de Lima, Presidente da Comissão Central Brasileira de Eugénia — de Eugénics Society de Londres.

UMA NOVA ORIENTAÇÃO BI-SOCIAL

O aparecimento deste livro constitui um acontecimento notável nas letras científicas do país. Pela primeira vez é publicada uma obra social e política, tendo por base as leis biológicas. O autor condensa nesta obra o seu pensamento de vinte anos dedicados aos problemas do melhoramento da sociedade pela regeneração física, psíquica e mental do homem.



Folheto de propaganda do livro *Sexo e Civilização* de Renato Kehl, publicado em 1933.
Acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz

*Eugenia no Brasil, 1917-1940**

Nancy Leys Stepan

* Originalmente publicado em ADAMS, M. (Ed.) *The Wellborn Science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990. Tradução de Paulo M. Garchet.

À medida que os historiadores da ciência desviaram sua atenção de suas reconstruções lógicas, passando a uma visão mais 'naturalista' da ciência como produto da cultura e da vida social, a eugenia e a genética ficaram tão ligadas na academia como, no passado, o foram na realidade. Movimento social e ciência, a eugenia permite testar idéias sobre a geração social de conhecimento científico, assunto em torno do qual houve considerável debate na última década (Kevles, 1985; McKenzie, 1976; Schneider, 1982; Searle, 1981). Nos estudos recentes, no entanto, a eugenia latino-americana foi completamente ignorada pelos historiadores. Mesmo se considerarmos essa negligência como simples parte de um padrão mais abrangente de desprezo para com a ciência desta região, ainda assim ela é particularmente lamentável por duas razões principais.

Primeiro, a exclusão da eugenia distorce a história moderna da América Latina: diante da conexão histórica entre a eugenia e os excessos nazistas e, talvez, devido à poderosa ficção segundo a qual a América Latina teria ficado relativamente isenta do racismo característico de outras partes do mundo, há uma freqüente tendência a negar que a eugenia tenha desempenhado qualquer papel na história moderna dessa região. No entanto, mesmo um exame superficial das fontes disponíveis revela que os movimentos eugênicos estiveram presentes na maior parte da América Latina e conformaram de maneira inesperada o pensamento científico e social e as políticas.

Entre as duas guerras mundiais, a eugenia esteve associada a uma série de congressos e conferências e à legislação social sobre bem-estar infantil, saúde materna, direito de família, controle de doenças infecciosas e imigração. Ela estimulou a criação de alguns dos primeiros cursos de genética na região. Debates médicos e jurídicos e atividades legislativas referentes ao papel apropriado do Estado na regulação do matrimônio eram permeados por temas de 'aprimoramento eugênico'. A eugenia foi tratada nas reuniões de diversas conferências pan-americanas realizadas entre 1900 e 1940 e foi tema específico de dois congressos regionais, o primeiro realizado em Cuba, em 1927, e o segundo na Argentina, em 1934. Os movimentos eugênicos latinos foram também responsáveis pela criação da *Fédération Internationale Latine des Sociétés d'Eugénique*, fundada em 1935 por iniciativa de Corrado Gini, presidente da *Società Italiana di Genetica e Eugenetica*. Na reunião de organização da federação, realizada na Cidade do México, sociedades eugênicas do Peru, Catalunha, Brasil e Bélgica

expressaram intenção de participar da entidade, enquanto delegados de 12 outros países latino-americanos manifestaram interesse e apoio. Em 1937, a Federação Latina realizou seu primeiro e único congresso, em Paris, do qual resultou o volume *Congrès Latine d'Eugénique: rapport* (1938) (MacLean e Estenos, 1952; Marchaud, 1933; Nisot, 1927).

Com que tipo de eugenia envolveu-se a América Latina? Um impulso contrário à negação da atividade eugênica na região é identificá-la com a eugenia nazista da década de 1930. Nenhuma dessas reações é nem historicamente precisa, nem de utilidade interpretativa. Um estudo de um dos países da região, o Brasil, revela traços que a distinguem, científica e ideologicamente, da eugenia nazista – certamente – e, mais genericamente, dos casos anglo-saxônicos historiados em mais detalhe. Pesquisa mais profunda pode levar a uma generalização dessa conclusão, isto é, à constatação da existência de um tipo ‘latino’ de eugenia – que abrangeria a França e a Itália, além de diversos países da América Latina –, distinto do tipo ‘anglo-saxônico’. A existência de uma federação especificamente latina de eugenia aponta nessa direção. Da mesma forma que estamos cada vez mais conscientes de importantes variações dentro da tradição eugênica anglo-saxônica, devemos também encontrar significativos subtipos dentro da eugenia latina.

Assim, uma segunda razão para lamentarmos o esquecimento da América Latina nas discussões sobre eugenia é que isso empobrece nosso entendimento não apenas da história latino-americana, como também da eugenia como suposto movimento científico mundial. Podemos enriquecer sobremaneira nosso entendimento das origens, do estilo científico e dos significados sociais da eugenia como movimento internacional se incorporarmos a América Latina à literatura existente.

Origens Estruturais e Sociais

Aqui, é examinada a eugenia no Brasil, maior país da América Latina e o primeiro da região a ter um movimento eugênico organizado. Entre 1900 e 1940, o Brasil passou por profundas mudanças sociais e políticas provocadas por uma industrialização tardia e ‘dependente’, pela urbanização e por uma maciça imigração européia. Em outras partes do mundo, muitas dessas mudanças estiveram associadas à eugenia. No Brasil, no entanto, ela ocorria em um país ‘subdesenvolvido’, de população em grande

parte católica, rural, racialmente mista e analfabeta. Em virtude de seu clima tropical e de sua população 'mestiça', o Brasil representava tudo que os europeus consideravam disgênico. Como seria o movimento eugênico em um país onde uma pequena elite, de origem primordialmente européia, governava uma vasta e heterogênea massa de pobres? Vincular-se-ia a um movimento extremista de 'higiene racial'? Diante das comemorações brasileiras do centenário da abolição da escravatura, em 1988, que nova luz a história da eugenia lança sobre as mitologias raciais e realidades sociais que conformaram o passado do Brasil?

O interesse pela eugenia no país antecede a Primeira Guerra Mundial. Diferente do espanhol '*eugenesia*', o termo brasileiro foi introduzido como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro por Alexandre Tepedino, em 1914. O termo, incidentalmente, fora preferido pelo filólogo brasileiro João Ribeiro à outra palavra aventada em português, '*eugênica*', recomendada por outros cientistas e gramáticos (Kehl, 1935; Roquette-Pinto, 1927). O termo '*eugenia*' foi ainda mais distinguido pelo acento no 'í', talvez para enfatizar sua semelhança com a francesa '*eugénique*', de tônica similar. Seja como for, '*eugenia*' foi a palavra usada rotineiramente, muitas vezes sem o acento.

O *timing* desse lançamento da eugenia no Brasil merece ser comentado. A fundação da primeira sociedade eugênica brasileira em 1918, ao final da Primeira Guerra Mundial, apenas dez anos depois da sociedade britânica equivalente e seis anos após a francesa, sugere quão sintonizados estavam os cientistas brasileiros com os desenvolvimentos científicos europeus. Estrutural e socialmente, contudo, as origens do movimento eugênico tinham menos relação com eventos europeus que com assuntos brasileiros. Dentre estes, quatro tiveram importância especial.

O primeiro foi a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, em 1917. As questões de prontidão e disciplina em tempos de guerra, de controle e ordem, das competências e capacidades raciais brasileiras estavam bem presentes na mente das elites (Fausto, 1978). Os Estados-nação da Europa havia muito simbolizavam, no Brasil, tudo que era 'civilizado' e 'avançado', em oposição à 'barbárie' e ao 'atraso' brasileiros. Seu colapso gerou um novo nacionalismo fundado no desejo de projetar o Brasil no cenário internacional, de definir as realidades do país em termos próprios e de encontrar soluções brasileiras para os problemas brasileiros. Enquanto na Europa a guerra intensificara o medo de degeneração nacional, no Brasil

ela gerou um novo otimismo sobre a possibilidade de regeneração nacional, um otimismo que contrabalançava os receios mais tradicionais de decadência. Esse foi um ponto observado por Renato Kehl ao conclamar para um esforço eugênico no país. Ao longo da década de 1920, a eugenia esteve associada a patriotismo e à reivindicação de um papel mais importante para o Brasil nos assuntos internacionais.

Segundo, a eugenia surgiu no Brasil como resposta a prementes questões nacionais às quais os brasileiros se referiam em 1920 como ‘a questão social’: as aterrorizantes miséria e falta de saúde da população trabalhadora, em grande parte negra e mulata. O Brasil fora o último país do hemisfério a abolir a escravidão: 30 anos antes, em 1888, os últimos 700 mil escravos haviam sido emancipados. Em um país que então passava por rápidas mudanças sociais e econômicas, os ex-escravos foram abandonados à própria sorte, sem educação ou recompensa. Muitos juntaram-se à corrente migratória dos pobres sem profissão que fugiam para as cidades, onde competiam em condições desfavoráveis por empregos com mais de um milhão e meio de imigrantes brancos que entraram no país entre 1890 e 1920. Uma das conseqüências dessa onda de migração e imigração foi o surto relativamente súbito de industrialização e urbanização que se verificou no Brasil. A população de São Paulo, por exemplo, pulou de apenas 129.409 habitantes em 1893 para 240 mil em 1900 – um aumento de quase 100% em sete anos. Por volta de 1907, os italianos, sozinhos, superavam os brasileiros na cidade na proporção de dois para um (Stepan, 1976). Um pouco mais acima, na direção nordeste, a capital federal, o Rio de Janeiro, era nessa época uma cidade de quase 800 mil habitantes. Embora ambas as cidades tivessem passado por extensa remodelação ‘civilizadora’ e dispusessem, ambas, de serviços de saneamento público bastante eficientes e capazes de lidar com as doenças epidêmicas, as endemias seguiam sem tratamento, as taxas de mortalidade eram altas e o padrão geral de habitação e saneamento dos pobres era inacreditavelmente ruim.

Pobreza, migração, imigração e desemprego abriram caminho para um período de radicalização política, protestos, greves e interrupções de trabalho que culminaram em uma gigantesca greve em 1917. Essa greve demonstrou o poder da nova classe operária industrial, mas evidenciou também, como observaram visitantes britânicos e norte-americanos, a capacidade e a disposição das autoridades municipais e estaduais de usarem impiedosamente a polícia e a milícia para abafar a agitação industrial.

Tradicionalmente, as elites educadas recebiam a violência e o perigo que representavam os negros e mulatos, retratados como preguiçosos, doentes, bêbados e em permanente estado de vagabundagem. A esses, acrescentavam-se agora novos medos, da desordem e da violência provocadas pelos operários fabris nascidos no exterior (Fausto, 1983). A ameaça de violência urbana pôs em xeque a capacidade do liberalismo ao antigo estilo do *laissez-faire* para resolver a 'questão social', sugerindo novos papéis para o Estado na estruturação de relações mais harmoniosas entre empregadores e empregados por meio de uma intervenção direta na vida social. Contrastando com a eugenia britânica, uma resposta à percepção de que anos de legislação de bem-estar social haviam aparentemente falhado em produzir a pretendida melhora das condições mentais, físicas e morais dos pobres (Stepan, 1982), a eugenia brasileira associou-se à mobilização pela introdução de tal legislação de bem-estar social como forma de aprimorar o povo brasileiro, o que influenciou a forma que assumiu.

Um terceiro fator na ascensão da eugenia foi o estágio em que a ciência brasileira se encontrava. No Brasil, a eugenia não esteve associada, como na Grã-Bretanha, a controvérsias em torno dos méritos relativos da biometria e da genética mendeliana. Mesmo então, pelos anos 20, a biologia e a genética darwinianas mal estavam estabelecidas como campos de pesquisa científica. Ainda não havia nenhum departamento de ciências nas universidades brasileiras, e o trabalho biológico restringia-se às escolas de medicina, aos institutos agrícolas (dos quais havia poucos) e ao Instituto Oswaldo Cruz, fundado em 1902 como escola de medicina tropical e que talvez fosse então o mais conhecido centro de pesquisa médica da América Latina (Stepan, 1976). No entanto, mesmo que os brasileiros ainda fossem, em grande parte, consumidores de ciência, e não produtores, ainda assim a história da eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como 'sinal' de modernidade cultural. O extraordinário sucesso das campanhas de saneamento contra a varíola, a peste bubônica e a febre amarela lideradas por Oswaldo Cruz entre 1902 e 1917 havia dado grande *status* às 'ciências sanitárias' e estimulara o crescimento de uma classe médica e profissional de orientação científica cada vez mais visível e integrada nas organizações federais e estaduais encarregadas da elaboração de políticas. Havia pouco tempo que a 'saúde' se tornara um objetivo político aceitável. Como em outras partes, a eugenia atraía uma classe médica em expansão, cujos membros ansiavam promover seu papel

como especialistas na conformação da vida social e nutriam um ingênuo otimismo sobre sua própria capacidade de fazer o bem. Era um grupo pouco afeito a análises revolucionárias das raízes raciais e econômicas das misérrimas sociais brasileiras.

Quarto, o surgimento da eugenia brasileira foi condicionado pela situação racial do país, nação racialmente híbrida, resultado da fusão de indígenas, africanos e povos europeus. Desde a transferência da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, raça e relações raciais eram aspectos centrais da realidade social e dos debates ideológicos sobre a ‘capacidade’ brasileira e o destino nacional. E, particularmente a partir da abolição em 1888 e da proclamação da Primeira República no ano seguinte, a ciência emergira como ferramenta de autoridade cada vez maior para interpretações sociais e – especialmente – raciais.

As dúvidas brasileiras quanto à identidade racial do país haviam sido reforçadas por interpretações racistas do Brasil vindas do exterior. Como nação culturalmente dependente, o Brasil era fortemente influenciado pelas idéias raciais da Europa, da França em especial. Wilson Martins (1978, 5:6) observa que os brasileiros tendiam a “viver vicariamente sua própria existência, como se fossem uma imagem refletida no espelho”. Os intelectuais tinham de lutar com o fato de que, em texto após texto de análises sociais e científicas européias, o Brasil era tido como exemplo ideal da ‘degeneração’ que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas (Stepan, 1985). Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e vários darwinistas sociais eram largamente citados no Brasil por suas teorias sobre a inferioridade dos negros, a degeneração dos mulatos e a decadência tropical (Martins, 1978). Segundo esses cientistas – e outros como eles –, os cruzamentos ‘promíscuos’ que tinham ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais até aquele momento haviam produzido um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento progressivo.

Muitos entre a elite brasileira compartilhavam desse ponto de vista. Os temas de degeneração tropical e racial perpassavam as obras de medicina, bacteriologia e raça escritas entre o início do século XIX e as décadas de 1930 e 1940, quando já ia bem avançado o período ‘revisonista’ de Gilberto Freyre (Stepan, 1976). Especialmente depois da abolição da escravatura, em 1888, a ciência foi cada vez mais usada, como na Europa desde o iluminismo, para definir o quanto a ‘natureza’ devia limitar a igualdade social e política dos negros e mulatos na nova república.

Raimundo Nina Rodrigues, fundador da antropologia ‘científica’ no país, tinha uma visão quase tão racista quanto os críticos mais severos do Brasil. Seus estudos antropológicos lhe revelaram uma sociedade complexa, multirracal, híbrida, que não forjara nenhum tipo étnico singular, estável, e cujo futuro previsível era como nação negra, não branca e européia (Nina Rodrigues, 1938; Correa, 1982). Em sua obra-prima de análise social *Rebellion in the Backlands* (1944), versão em inglês de *Os Sertões* [1902], na qual relata a história de uma rebelião armada de sertanejos em Canudos, na miserável região Nordeste do Brasil, Euclides da Cunha sintetizou a ciência de sua época ao argumentar que a mistura de raças

sobre [além de] obliterar as qualidades proeminentes do primeiro [o tipo indo-europeu], é um estímulo à revivescência dos atributos primitivos dos últimos [brasílio-guarani ou tapuia]. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. (Cunha, 1944:85)

Dadas as circunstâncias descritas anteriormente, a eugenia – por definição, a ciência do ‘aprimoramento racial’ – era um atrativo óbvio para uma elite convencida do poder da ciência para criar ‘ordem e progresso’ (lema da República) e perturbada pela composição racial do país. Seu interesse era, quando muito, ‘sobredeterminado’. Embora esse interesse jamais se consolidasse institucionalmente tanto quanto na Europa, ainda assim, em toda a América Latina, a linguagem da eugenia revela um indispensável contexto para entendermos o envolvimento cada vez maior do Estado no gerenciamento da ‘saúde racial’, entre 1920 e 1940.

O Movimento Eugênico, 1917-1929

As primeiras organizações eugênicas do Brasil surgiram na cidade de São Paulo, capital do estado economicamente mais poderoso por volta da Primeira Guerra Mundial, que emergira como importante força na política nacional. Em 1917, Renato Ferraz Kehl organizou uma reunião de médicos para discutir a nova ciência eugênica de sir Francis Galton, os exames pré-nupciais e a proposta de revisão da legislação matrimonial que permitia casamentos consangüíneos (aos quais a maioria dos médicos se opunha, alguns fundamentados na eugenia). Em seguida à reunião, Kehl enviou uma circular – em dezembro do mesmo ano – a médicos do município e do

estado propondo a criação de uma nova sociedade científica e convidando seus colegas a participar. A Sociedade Eugênica de São Paulo realizou seu primeiro encontro em 15 de janeiro de 1918 (Kehl, 1931d).

A sociedade reuniu 140 membros, mas, como também se verifica na maioria das sociedades eugênicas européias, o tamanho da de São Paulo foi menos importante que o caráter de seu quadro de associados. Considerando que, segundo Love (1980), a elite paulista continuava sendo numericamente pequena entre 1889 e 1937, boa parte da elite médica e profissional da capital do estado e das cidades vizinhas esteve envolvida. Apenas dois dos membros foram relacionados sem o título de doutor (que no Brasil indica geralmente que a pessoa se formou em medicina ou em direito), um dos quais era um sr. Rangel, e o outro o bem conhecido escritor e senador Alfredo Ellis. Não havia mulheres entre os membros da sociedade, e apenas 18 deles eram de fora do estado. Além desses 18 não paulistas do Brasil, Victor Delfino, fundador da eugenia na Argentina, e Carlos Enrique Paz Soldan, pioneiro da 'medicina social' no Peru, foram nomeados membros correspondentes (Delfino, 1919).

Procurando projetar-se fora do estado de São Paulo, a sociedade pediu ao carioca Belisário Penna, conhecido especialista em saneamento, que atuasse como um dos três vice-presidentes honorários (os outros dois foram os professores A. de Sousa Lima e Amâncio de Carvalho). O presidente era Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da nova escola de medicina de São Paulo, fundada em 1912-1913. Entre os membros mais destacados da sociedade estavam Vital Brazil, bacteriologista do Instituto Butantã (que mais tarde desenvolveria o mais famoso instituto de soros antiofídicos da América Latina); Arthur Neiva, um microbiologista que deixara recentemente o Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro, indo assumir – e remodelar – os serviços de saneamento do estado de São Paulo; Luís Pereira Barreto, conhecido médico e positivista; Antonio Austregésilo, psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio; e o jovem Fernando de Azevedo, que iria ter distinguida carreira na educação. Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional dos Alienados, localizado no Rio de Janeiro, enviou carta parabenizando a sociedade e comunicando-lhe seus próprios esforços eugênicos no campo da higiene mental (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919). De início, a Sociedade Eugênica de São Paulo foi bem-sucedida, tendo realizado quatro reuniões, com bom público, entre janeiro de 1918 e dezembro de 1919, no saguão da Santa Casa de Misericórdia – tradicional

local de reunião da sociedade científica mais importante do estado, a Sociedade de Medicina e Cirurgia. Desde o início, a sociedade se definiu como organização científica, da qual fluiriam estudos científicos, conferências e propaganda sobre o fortalecimento físico e moral do povo brasileiro (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919).

As reuniões da Sociedade Eugênica de São Paulo eram organizadas por Renato Kehl, que continuaria como principal propagandista da eugenia no Brasil e a vida inteira seria identificado com o movimento. A posição de Kehl, como secretário, permitia-lhe conduzir as reuniões. Ele alertava a sociedade para os avanços feitos na Europa em termos de eugenia e lembrava a necessidade de que o Brasil se juntasse ao mundo avançado no estudo da hereditariedade, da evolução e da influência do meio ambiente, das condições econômicas, da legislação, dos costumes e dos hábitos sobre a raça brasileira. Ele assegurava a seus ouvintes que a eugenia já não era uma utopia, mas uma realidade nas nações científicas modernas (Kehl, 1935).

Além de suas sessões regulares, a sociedade organizou diversas palestras que levaram a eugenia à arena pública, tais como a conferência de Rubião Meira, 'Fatores de degeneração de nossa raça: meios de combatê-los' (1919), e a palestra de Kehl na Associação Cristã de Moços. Muitas dessas palestras foram reunidas em um volume publicado pela sociedade em 1919, os *Annaes de Eugénia* (Kehl, 1919a, 1919b, 1919c). O reduzido tamanho da classe profissional e letrada no Brasil e os estreitos contatos entre jornalismo, literatura e medicina garantiram à eugenia um lugar na imprensa diária e semanal, onde a reação foi altamente favorável. A eugenia foi saudada como a "nova" ciência capaz de levar a uma "nova ordem social" por meio do aprimoramento médico da raça humana (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919:15-16).

Apesar do entusiasmo inicial, contudo, a Sociedade Eugênica de São Paulo chegou ao fim em 1919, incapaz de resistir à morte de Carvalho naquele ano e à mudança de Kehl para o Rio de Janeiro (Kehl, 1923b). Com a partida de Kehl, o fulcro da eugenia deslocou-se para a capital federal, pouco mais ao norte. Lá, Kehl manteve vivo o interesse na eugenia por meio de uma série de panfletos, livros e debates, muitos dos quais eram relatados na imprensa médica e nos jornais. Por volta de 1947, ele publicara 26 livros, dos quais os mais importantes foram *A Cura da Fealdade* (1923a), *Eugénia e Medicina Social* (1923b), *Lições de Eugénia* (1935) e *Aparas Eugênicas* (1933). Seus livros foram bem recebidos e amplamente resenhados, e

muitos tiveram mais de uma reedição. Além dos escritos de Kehl, o *Exército e Saneamento* (1920) de Penna insere-se entre os primeiros esforços eugênicos, assim como *O Problema Vital*, de Monteiro Lobato (publicado conjuntamente em 1918 pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento do Brasil). Em seu estudo de vários volumes sobre literatura brasileira, Wilson Martins se refere a uma verdadeira corrente de trabalhos sobre eugenia e temas correlatos nas décadas de 1920 e 1930, expressão de uma nostalgia da higiene e da “purificação” (1978).

De acordo com uma bibliografia sobre eugenia elaborada por Kehl (1933), entre 1897 e 1933, 74 importantes publicações sobre eugenia apareceram no Brasil. Sua lista deixa de fora muitos livros e panfletos sobre temas eugênicos (como livros sobre higiene mental, por exemplo), bem como muitos periódicos influenciados pela eugenia. A bibliografia de Kehl inclui 24 teses de alunos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, por exemplo, mas deixa de fora sete outras teses surgidas entre 1919 e 1937 na Escola de Medicina de São Paulo em cujos títulos indicava-se especificamente a ‘eugenia’. Na verdade, Kehl representou de forma limitada a produção cultural do Brasil sobre eugenia, deixando de lado, por razões que serão explicitadas mais tarde, muitas obras que não se enquadravam em sua definição de eugenia – como, por exemplo, alguns dos escritos de Octávio Domingues.

À medida que o credo eugênico ganhava novos adeptos, a linguagem da eugenia começou a incentivar discussões científicas sobre ‘saúde’. O aprimoramento humano era agora discutido em termos galtonianos de fatores ‘disgênicos’ e ‘eugênicos’, adequação e inadequação, e taras (defeitos) hereditárias. O livro publicado por Belisário Penna em 1918, *Saneamento do Brasil*, não contém linguagem eugênica, mas em seu novo livro, de 1920, baseado em uma série de palestras apresentadas no Clube Militar do Rio de Janeiro, série esta publicada com o título *Exército e Saneamento*, na qual o autor aborda precisamente o mesmo tema – o deteriorado estado do saneamento no Brasil –, o problema é, agora, apresentado como degeneração hereditária do povo brasileiro, que exigia uma solução ‘eugênica’.

Embora Kehl não tenha conseguido organizar uma nova sociedade eugênica, a eugenia encontrou seu lugar na nova Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada na capital federal em 1922 por Gustavo Reidel, diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro (Freire Costa, 1976). A liga foi organizada em 12 seções, ou comitês, permanentes, cada uma com dez

membros, além de 12 representantes regionais e 12 membros correspondentes brasileiros. Muitos dos participantes eram membros das equipes dos asilos mentais e reformatórios estaduais e municipais. Além do trabalho dos comitês, a liga realizava regularmente reuniões mensais. Embora as subvenções do município do Rio de Janeiro e do governo federal – que a registrou como instituição de utilidade pública em 1923 e apoiou seus ambulatórios gratuitos – nem sempre fossem adequadas ou seguras, desde o início a liga teve considerável sucesso e foi uma notável adição às sociedades de orientação científica da capital federal (ABHM, 1929, 2, 5).

O objetivo original de Reidel para a liga era promover a ‘nova’ psiquiatria para ampliar o escopo da profissão psiquiátrica na vida cotidiana e realizar um programa de higiene mental, particularmente para os pobres e os criminalmente insanos. A liga se preocupou com a delinqüência juvenil, a prostituição, o alcoolismo, as doenças venéreas, a nutrição e a criminalidade. Como os norte-americanos, que os higienistas mentais brasileiros desejavam emular, os membros da liga se consideravam ‘progressistas’ por se orientarem pelo tratamento psiquiátrico individual e, no caso dos criminalmente insanos, pelo criminoso, mais que pelo crime (Rothman, 1980). Na verdade, sua visão da sociedade brasileira era decididamente conservadora (Pereira Cunha, 1986). A Liga de Higiene Mental se apresentava como uma organização profissional, científica e humanitária de par com a psiquiatria avançada do resto do mundo.

O propósito da liga, segundo seus estatutos, era “realizar um programa de higiene mental e eugenia na vida individual, escolar, profissional e social” e divulgar as condições patológicas causadas pela sífilis, pelo álcool e outros fatores (ABHM, 1929, 2; 1941, 13). Mas a ênfase da liga em eugenia intensificou-se ao longo dos anos, à medida que um novo grupo de psiquiatras, como Ernani Lopes (eleito presidente em 1929), assumiu a liderança. Para significar o aprimoramento eugênico da mente, foi cunhado um novo termo: ‘eufrenia’ (ABHM, 1932, 5). A ligação entre psiquiatria e eugenia não é de surpreender diante da orientação da psiquiatria brasileira pela hereditariedade e a extraordinária preocupação de seus psiquiatras com os perigos que a doença mental e a ‘patologia’ dos pobres – crime, delinqüência e prostituição – representavam para a sociedade.

Kehl tornara-se ativo na liga por volta de 1925, e em fins de 1929 encontravam-se entre seus membros muitos dos cientistas, médicos ou não, mais proeminentes da cidade, como o próprio Juliano Moreira, diretor

do Hospital Nacional dos Alienados; Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina e um dos principais clínicos do Rio de Janeiro; Fernando Magalhães, professor de ginecologia e obstetrícia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Carlos Chagas, protozoólogo, descobridor da doença de Chagas (tripanosomíase americana) e diretor do Instituto Oswaldo Cruz; Edgar Roquette-Pinto, eugenista, antropólogo, médico e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro; o higienista e pioneiro em medicina legal Afrânio Peixoto e especialistas em doenças mentais como Henrique Roxo e Antonio Austregésilo. A Liga Brasileira de Hygiene Mental publicava seu próprio jornal, o *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, que, após um hiato entre o lançamento de seu primeiro volume em 1925 e o do segundo em 1929, apareceu mais ou menos continuamente ao longo da década de 30.

Em uma terceira variante de eugenia no Brasil, fundada em círculos de medicina legal, os problemas de crime e responsabilidade legal eram intimamente vinculados à questão racial e eugênica. Afrânio Peixoto escreveu várias obras com temas eugênicos, enfatizando a importância da medicina eugênica para o trabalho policial e advogando, de modo geral, a cooperação entre as profissões médica e jurídica (ver, por exemplo, Peixoto, 1936). Enquanto isso, Miguel Couto levantava questões eugênicas referentes à imigração em sessões da Academia Nacional de Medicina (Boletim da Academia Nacional de Medicina, 1923, 96), e *Seixos Rolados* (1927) de Roquette-Pinto tem um longo capítulo intitulado 'Leis da eugenia'.

Esses vários ramos da eugenia foram reunidos na mais importante manifestação pública da eugenia brasileira na década de 1920: o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro, em 1929. As comemorações do centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina apresentaram a oportunidade para que Miguel Couto, presidente da instituição, convocasse o congresso. Sob a presidência de Roquette-Pinto, o congresso reuniu-se entre 1 e 6 de julho e contou com a participação de cerca de 200 profissionais, entre os quais médicos clínicos, autoridades das instituições e serviços estatais de psiquiatria e higiene, especialistas em medicina legal, jornalistas e diversos deputados federais (*O Brazil-Medico*, 1929). Delegados da Argentina, do Peru, do Chile e do Paraguai também estiveram presentes, inclusive Paz Soldan, cujo panfleto de 1916, 'Un programa nacional de política sanitaria', havia muito era considerado pelos eugenistas brasileiros como texto fundamental.

Os temas abordados na conferência foram, de fato, abrangentes: matrimônio e eugenia, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, a importância dos arquivos genealógicos, imigração japonesa, campanhas antivenéreas, tóxicos e eugenia, tratamento dos doentes mentais e proteção à infância e à maternidade. Os participantes aprovaram diversas resoluções, a mais controversa das quais foi a defesa de uma política nacional de imigração que limitasse a entrada no Brasil aos indivíduos julgados ‘eugenicamente’ adequados com base em algum tipo de avaliação médica.

O sucesso do congresso e a publicidade que recebeu nas imprensas diária e médica indicavam que a eugenia estava prestes a entrar em uma nova fase de atividade. Já em janeiro de 1929, Kehl havia iniciado a publicação do jornal mensal *Boletim de Eugénia* como suplemento do jornal médico *Medicamenta*. O *Boletim* foi publicado entre julho de 1929 e dezembro de 1931. A Liga de Higiene Mental também ressuscitou seus *Archivos*, moribundos desde 1925, e intensificou seus esforços eugênicos, como se pode ver nos numerosos editoriais que propugnavam o endosso oficial do governo nacional a uma campanha antialcoólica. O sentimento de que a hora da eugenia havia chegado foi confirmado pela agitação política do país, que veio a desaguar na ‘revolução’ de 1930.

Antes de olharmos a eugenia da década de 1930, contudo, talvez seja oportuno voltarmos a um momento em que a eugenia parecia estar no limiar de sua consolidação institucional e ideológica, entre o início e meados da década de 1920, para perguntarmos: o que era a eugenia no Brasil?

Sanear é Eugenizar

“Aparentemente os brasileiros interpretam a palavra [eugenia] de forma menos estrita que nós e fazem-na cobrir muitas coisas que chamaríamos higiene e sexologia elementar (sic); e não se traça uma distinção muito clara entre condições congênicas devidas a acidentes pré-natais e doenças estritamente genéticas”. Assim escreveu o eugenista britânico K. E. Trounson, em 1931, após examinar o material sobre eugenia que lhe fora enviado por Kehl. Trounson acrescentou: “Conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica” (Trounson, 1931:236).

Vista com olhos britânicos, a eugenia brasileira pode ter parecido um exemplo de pensamento científico errôneo ou descuidado. Vista na perspectiva brasileira, porém, o britânico deixara de perceber a lógica subjacente a sua ciência eugênica, uma lógica que permitia a muitos brasileiros afirmar que “sanear é eugenizar” (Kehl, 1923b:20). Ainda que pareça confundir a imagem da eugenia baseada nas experiências históricas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, a eugenia brasileira exemplifica uma importante variante do movimento mundial, variante esta que permeou toda a América Latina.

O que o eugenista britânico, aparentemente, deixou de observar foi que o movimento eugênico brasileiro derivava não das concepções mendelianas de genética, mas de idéias neolamarckianas. A centralidade da genética mendeliana para a ciência moderna e o descrédito do lisenkoísmo fizeram com que os historiadores deixassem de notar a continuada vitalidade das idéias neolamarckianas nas biologias e medicinas francesas e latino-americanas das décadas de 1920 e 1930. Não havia nada de novo, claro, na convicção da herança de características adquiridas. Pelo contrário: o lamarckismo dominara a ciência da hereditariedade na Europa e nos Estados Unidos durante a maior parte do século XIX. As novidades do lamarckismo do início do século XX eram o desafio apresentado pela genética mendeliana e a associação da hereditariedade com a nova meta de aprimoramento humano.

A concepção de um eugenista sobre como a hereditariedade poderia ser melhorada dependia de seu entendimento da natureza da hereditariedade. A despeito do eventual sucesso da genética mendeliana, os neolamarckianos produziram, nas décadas de 1910 e 1920, uma vasta literatura sobre a herança dos caracteres adquiridos, na medida em que foram forçados a chegar a termo com as descobertas mendelianas. Na verdade, alguns cientistas mantiveram sua crença em uma forma neolamarckiana de hereditariedade até quase o final da década de 1940, já na era da ‘nova síntese’ da biologia evolucionária com a genética mendeliana.

O neolamarckismo prevalecia, particularmente, nos círculos médicos. A continuada confiança dos médicos dessas décadas nas idéias lamarckianas cientificamente refinadas não reflete estupidez ou ignorância, mas a aparente impossibilidade de tratarem certos problemas da patologia humana. Tome-se, por exemplo, o impacto sobre a prole de doença venérea paterna ou materna. Os filhos de tais pais sofriam de ‘inadequação’. Seria essa

inadequação transmitida por hereditariedade? Não haveria uma ‘condição sífilítica’ hereditária? Esse era o ponto de vista da maioria dos médicos na França, país onde a visão lamarckiana tinha amplo curso e onde se desenvolveu um movimento eugênico lamarckiano (Schneider, 1982).

Por tradição cultural, os cientistas brasileiros aprendiam sua ciência com a França (ver, por exemplo, Meira, 1907). A eugenia não foi exceção, como ficou claro quando, em sua primeira reunião, a Sociedade Eugênica de São Paulo tomou a sociedade francesa de eugenia como modelo de organização, reproduzindo seus estatutos palavra por palavra (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919). Kehl (1923b) comentou que os brasileiros haviam permanecido na ignorância a respeito da eugenia porque ela fora escrita em alemão e inglês. Embora o próprio Kehl lesse alemão, os nomes invariavelmente citados pelos eugenistas brasileiros eram de autoridades francesas – Pinard, Houssay, Landouzy, Perrier, Morel, Fournier, Richet, Apert e Moreau.

Os fundamentos neolamarckianos da visão eugênica de Kehl e muitos de seus colegas brasileiros eram freqüentemente disfarçados por sua constante referência a Galton, como pai da eugenia, e a Mendel, e pela ausência de referências diretas a Lamarck. Kehl referia-se geralmente ao neolamarckismo e à genética mendeliana como se fossem variações compatíveis da mesma ciência da hereditariedade (Kehl, 1936). Na verdade, o estilo eclético de muito do que se escreveu sobre eugenia no Brasil e o uso acrítico de fontes européias – como quando a lei ancestral de Galton foi apresentada, sem comentários, em conjunto com as leis de Mendel (Kehl, 1935) – refletia o fato de que poucos médicos brasileiros haviam estudado genética na faculdade de medicina ou estavam, então, envolvidos em pesquisa genética.

A conciliação da genética ao estilo lamarckiano com a linguagem do moderno mendelismo não era atípica nessa época. Bowler (1983) observa que a redescoberta de Mendel forçara os lamarckianos a concentrarem e limitarem o foco da herança dos caracteres adquiridos. Com freqüência, os lamarckianos aceitavam as leis da hereditariedade de Mendel, deixando, no entanto, um espaço para a noção de que de alguma forma a influência do meio poderia alterar permanentemente o plasma germinativo. As linguagens dos dois tipos de hereditariedade confundiam-se, permitindo que os eugenistas se associassem ao mendelismo, ou que usassem as árvores genealógicas mendelianas para estudo da hereditariedade nas famílias, ou

a teoria do cromossomo e a idéia de gene, sem abandonarem sua enraizada crença de que pelo menos algumas características adquiridas seriam herdadas (Monteleone, 1929).

Podemos observar mais claramente a derivação francesa desse neolamarckismo na adoção, por Kehl, da teoria de Forel sobre ‘blastophtoria’^{N.T. 1} para explicar como os tóxicos, as doenças venéreas e a tuberculose podiam causar a decadência hereditária (Kehl, 1935). Tão desinformados estavam os eugenistas brasileiros sobre o fato de que seu movimento baseava-se em uma concepção científica equivocada que foram tomados de surpresa quando, no final da década de 1920, uma nova geração de geneticistas apontou este fato.

Como a eugenia lamarckiana não traçava uma dicotomia simples entre ‘natureza’ e ‘cultura’ (*nature* e *nurture*), poder-se-ia presumir que melhorias na formação implicariam melhor adequação hereditária ao longo do tempo. Essa visão ‘otimista’ da possibilidade de aprimoramento hereditário era contrabalançada por uma visão ‘pessimista’ de que o peso acumulado das influências ambientais negativas do passado haviam criado condições hereditárias tão totalmente degeneradas que seria difícil melhorá-las com rapidez.

Nas atividades públicas do início da década de 1920 no Brasil, predominou o estilo otimista da eugenia lamarckiana. Estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ‘ramo’ da higiene. Daí a insistência em que ‘sanear é eugenizar’. Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, afirmou que saneamento era a mesma coisa que alguns chamavam ‘eugenia’, acrescentando que seria melhor chamá-la saneamento para compreensão do público, ainda que eugenia fosse melhor ‘cientificamente’. Moura equacionava-as da seguinte maneira: “Saneamento-eugenia é ordem e progresso” (1919:83). Os fundamentos neolamarckianos da eugenia e a generalizada congruência entre eugenia e saneamento refletem-se em muitos outros movimentos eugênicos latino-americanos. Na Argentina, por exemplo, Jorge Frias referiu-se a “métodos de eugenia positiva para melhoramento do estado da saúde pública, através do combate a todos os tipos de epidemias e endemias

^{N.T.1} Blastophtoria: hipotética degeneração das células germinativas provocada por envenenamento crônico, como aquele causado pelo alcoolismo, ou outras doenças (Oxford English Dictionary 2nd Ed. CD-ROM).

– a batalha contra a malária, a tuberculose, o câncer, a peste bubônica, as infecções venéreas, o alcoolismo”. Algumas vezes chamou o ramo eugênico da saúde pública de “métodos eugênicos indiretos” (Frias, 1941:149-150).

Além dessa compatibilidade com o saneamento, o estilo neolamarckiano da eugenia era também congruente com a moralidade tradicional, o que o tornava ainda mais atraente no Brasil. Como o estilo neolamarckiano de eugenia mantinha abertas as possibilidades de regeneração e um lugar para ação moralizadora, encaixava-se bem na doutrina católica e permitia a fusão das linguagens moral e científica (Nye, 1984). Pobreza, doenças venéreas e alcoolismo podiam ser vistos como produtos tanto de condições sociais como de escolha moral.

Ainda que as causas abraçadas por eugenistas mendelianos e neolamarckianos fossem, às vezes, similares, as lógicas dos dois estilos eram consideravelmente diferentes e freqüentemente levavam os eugenistas a conclusões distintas, até opostas. Leonard Darwin, presidente da Sociedade Eugênica da Inglaterra, mesmo acreditando que os eugenistas deviam ajudar no combate a males sociais como o alcoolismo, afirmava com bastante firmeza que o alcoolismo em si não era uma questão eugênica, uma vez que, segundo os conceitos mendelianos, o álcool não alterava o plasma genético (Darwin, 1926). Para os neolamarckianos, contudo, o alcoolismo era uma questão eugênica precisamente por ser tanto sintoma como resultado de males sociais, e porque o ciclo causal poderia ser interrompido por ação social. Em vez de uma colisão entre o movimento hereditário da eugenia e o movimento do saneamento orientado pelo meio ambiente, como ocorreu na Grã-Bretanha (Searle, 1981), houve, no Brasil, uma cooperação intrínseca. No Brasil assim como na França, os pontos de vista neolamarckianos sobre a eugenia permitiram que se forjassem alianças entre eles e as organizações públicas mais amplas de saneamento e higiene. No Brasil, por exemplo, a eugenia lamarckiana trouxe aliados do movimento de saneamento rural, como Belisário Penna, cuja longa peregrinação a cavalo, em 1912, entre a população adoentada dos estados do nordeste do país havia feito dele um campeão da saúde rural (Neiva & Penna, 1916). Eventualmente, como sogro de Kehl, Penna foi uma adesão de grande utilidade estratégica para a eugenia, capaz de angariar o apoio de higienistas de idéias similares. Outros aliados foram recrutados nas ligas pró-saneamento e nacionalistas que brotaram no Brasil antes e depois da guerra (Moreira, 1982). Houve considerável coincidência entre as relações de membros e o

estilo dos discursos da Liga Nacionalista de São Paulo e da Sociedade Eugênica de São Paulo. Na verdade, o presidente desta, Arnaldo Vieira de Carvalho, era vice-presidente daquela.

Como os eugenistas brasileiros não distinguiam entre natureza e cultura (*nature e nurture*), imaginavam vários tipos de reformas sanitárias capazes de melhorar a 'adequação' hereditária e, por conseguinte, 'eugênicas'. Para a inteligência médica brasileira, já predisposta a promover o saneamento como cura para todos os males do país, a eugenia tinha o atrativo de ser uma extensão do heróico trabalho de figuras como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas pela redução do índice extraordinariamente alto de mortalidade infantil entre os pobres e das condições insalubres das massas. Mesmo a promoção de esportes e do condicionamento físico, que Fernando de Azevedo adotou como causa particular na Sociedade Eugênica de São Paulo (Azevedo, 1919a, 1919b, 1960), pôde ser vista como 'eugênica' porque 'aprimorava a raça'. A eugenia tornara-se uma metáfora para a própria saúde.

O estilo neolamarckiano reformista da eugenia foi representado em sua forma mais pura, talvez, nas campanhas antialcoólicas da década de 1920. De há muito encarado como problema social e moral característico da população pobre e negra, particularmente, o alcoolismo foi reformulado como 'inimigo da raça' porque o 'vício' provocaria condições hereditárias ligadas ao crime, à delinqüência juvenil, à prostituição e às doenças mentais entre os pobres das zonas rurais e urbanas. O higienista e eugenista Afrânio Peixoto, por exemplo, afirmou que o álcool causava degeneração racial porque os filhos de alcoólatras eram defeituosos e predispostos desde a infância a meningite, convulsões, deficiência mental, loucura e crime (Peixoto, 1936).

As visões eugênicas e psiquiátricas do alcoolismo reuniram-se na Liga Brasileira de Higiene Mental. A liga tentou educar o público sobre os males dos tóxicos, vistos como influência 'esterilizadora' das massas, causa das baixas taxas de reprodução, da alta mortalidade e de corrupção hereditária (ABHM, 1929, 2; 1931, 4). Em um artigo n' *O Brazil-Médico*, em 1929, Francisco Prisco comentou a redução da população trabalhadora provocada pelo alcoolismo e suas supostas conseqüências hereditárias.

Da liga derivaram-se as semanas 'antialcoólicas' realizadas no Brasil em 1927, 1928, 1929 e 1931. Elas tiveram caráter quase popular, envolvendo pronunciamentos públicos de figuras conhecidas como Juliano Moreira, há muito considerado o pai da psiquiatria no Brasil. Em outubro

de 1929, após a terceira semana ‘antialcoólica’, a liga criou uma seção especificamente dedicada a promover o antialcoolismo e a estimular interesse público e apoio financeiro para seu trabalho. Proibição, ao estilo norte-americano – defendida por Peixoto (Ribeiro, 1950) –, impostos sobre bebidas alcoólicas importadas ou produzidas no país e reformatórios especiais para tratamento dos bêbados inveterados foram, todos, discutidos e defendidos pela liga, entre 1925 e 1936, como medidas ‘eugênicas’. A liga acabou tão identificada com antialcoolismo que os editores dos *Archivos* viram-se obrigados, mais tarde, a protestar, dizendo que ela representava muito mais do que isso (ABHM, 1933, 6).

Se a eugenia tendia a se confundir, na mente do público, com saneamento, não faltaram aos eugenistas programas especiais próprios que os distinguissem de outros reformadores sanitários. Foram os eugenistas, por exemplo, que proferiram algumas das primeiras palestras e cursos públicos sobre hereditariedade humana e a ciência da genética, indicando maneiras como a eugenia poderia ser um bom veículo para introdução da genética em países não familiarizados com o assunto. Em 1929, Fernando de Magalhães fez uma série de palestras semanais na Academia Nacional de Belas Artes (*Boletim de Eugenia*, 1, 2). Um tanto mais técnicas foram as palestras de Octávio Domingues, em 1930, para alunos de medicina e agricultura, na escola de agricultura do estado de São Paulo (Domingues, 1930a, 1930b; Kehl, 1931b). Os eugenistas foram também responsáveis pela organização de concursos populares para famílias ‘eugênicas’, dando prêmios em dinheiro às crianças que fossem julgadas hereditariamente adequadas e eugenicamente ‘belas’, representantes, portanto, do melhor da ‘raça’ brasileira.

Ao enfatizar que era por seus efeitos sobre as células reprodutivas que as influências ambientais mais ameaçavam a hereditariedade, os eugenistas chamavam particular atenção para a própria reprodução humana – sexualidade, matrimônio e o problema de infecções, especialmente por doenças venéreas, em um casamento. Como Schneider (1982) observou em seu estudo sobre a eugenia na França, os eugenistas lamarckianos ajudaram a reviver a ‘puericultura’ e a ampliar seu significado para abranger a ‘puericultura antes do nascimento’. A popularização da palavra ‘puericultura’ e a nova ênfase no bem-estar das crianças e na saúde materna estiveram, no Brasil da década de 1920, intimamente associadas com a eugenia (Almeida, 1925). A Liga de Hygiene Mental afirmou que a

eugenia estava estreitamente vinculada à puericultura e ao matrimônio. Vemos a mesma associação na Segunda Conferência Pan-Americana de Eugenia e Homicultura, realizada em Buenos Aires, em 1934, na qual o novo Código da Criança do Uruguai foi saudado como modelo de legislação eugênica (Pan American Conference on Eugenics and Homiculture of the Americas, 1934).

Com a eugenia, também, assuntos tradicionalmente excluídos do discurso educado tornaram-se respeitáveis. Foram proferidas palestras sobre higiene sexual e prevenção de doenças venéreas – algumas das quais bastante explícitas – a rapazes educados e estudantes de medicina (Moura, 1919). Para as moças, eugenia significava maternidade ‘digna’, com ênfase na saúde materna e no cuidado pré-natal. As brochuras de Kehl (1925) sobre como escolher maridos e mulheres eugenicamente adequados tiveram grande circulação. Kehl (1930a, 1930b) também usou o *Boletim de Eugénia* para pedir aos leitores que respondessem a um questionário sobre livros adequados para educação sexual e ‘eugênica’ de moças, no lar e nas escolas. O interesse eugênico na educação sexual pouco tinha a ver com visões radicais sobre sexualidade ou papéis sexuais. Pelo contrário, a eugenia brasileira vinculava-se estreitamente a uma ideologia conservadora, familiar. Muitos eugenistas criticavam as feministas brasileiras (Hahner, 1980) porque o feminismo representaria, na opinião dos eugenistas, uma ameaça ao tradicional papel reprodutivo da mulher (Magalhães, 1925; Peixoto, 1944).

A eugenia neolamarckiana no Brasil da década de 1920 não foi exclusivamente de estilo ‘otimista’. A Sociedade Eugênica de São Paulo tinha originalmente dividido a eugenia em três tipos: ‘positiva’, que se preocupava com uma procriação sadia; ‘preventiva’, que tratava da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento); e ‘negativa’, que visava a impedir a procriação dos que não tinham saúde (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919:4). Na década de 1920, predominou o interesse na eugenia preventiva, ou saneamento. Ainda assim, os eugenistas brasileiros discutiram algumas vezes aborto, controle de natalidade e até esterilização, como medidas eugênicas para controle dos indivíduos inadequados. Psiquiatras, especialistas em medicina legal e criminologistas estavam particularmente inclinados a levantar a questão da esterilização para controle da reprodução dos indivíduos ‘grosseiramente’ degenerados (Kehl, 1923a, 1925; ABHM, 1925, 1; 1931, 4; Cunha Lopes, 1934). Segundo Ernani Lopes, um certo dr. Álvaro Ramos teria chegado a ponto de acatar o conselho

de Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional dos Alienados, e fizera a esterilização 'eugênica' de mulheres com diagnóstico do desajuste sexual conhecido como "síndrome da perversidade" (ABHM, 1931, 4:246-247).

De modo geral, no entanto, a classe médica brasileira era profundamente conservadora em questões de reprodução e tendia a opor-se à esterilização eugênica, quaisquer que fossem os motivos. O próprio Kehl, ele mesmo defensor da esterilização eugênica para os "grosseiramente degenerados", recordou em 1937 que uma década antes a esterilização era considerada absurda no Brasil (Kehl, 1937:67-73). Mesmo na década de 1930, mais 'negativa', o artigo dos *Archivos* em que Farani defendeu a esterilização foi acompanhado por uma nota do editor explicando que os pontos de vista expressos eram exclusivamente do autor (Farani, 1931). É interessante observar que Farani adotou a linha neolamarckiana segundo a qual a blastophtoria causada pelo alcoolismo poderia tornar-se hereditária, o que justificaria a esterilização em casos extremos.

O neomalthusianismo, ou 'maternidade consciente', foi também discutido pelos eugenistas, mas, uma vez mais, o catolicismo da maioria dos médicos e sua orientação pró-família (e classe) refreou seu entusiasmo (Farani, 1931; Kehl, 1935). Os médicos brasileiros compartilhavam com seus colegas franceses uma ideologia pró-natalidade fundada, no caso brasileiro, no receio de que os imensos espaços vazios do Brasil, a condição insalubre das massas e suas baixas taxas de reprodução pudessem impedir que o país se tornasse a nação poderosa e moderna com que sonhavam.

A necessidade de uma maior população para o Brasil era um velho tema na política e na ciência brasileiras, intimamente ligado às políticas de incentivo à imigração do Estado (Peixoto, 1916). De modo característico, um importante médico como Arthur Moncorvo Filho vinculou eugenia e puericultura ao problema de redução das altas taxas de mortalidade e de alteração das baixas taxas de natalidade entre a população trabalhadora. Repetindo o refrão de que o Brasil era um país de apenas 25 milhões de habitantes quando poderia ter 500 milhões, Kehl (1923b) afirmou que o necessário não era o controle da natalidade, mas uma restrição à procriação dos doentes. Nesse contexto, o saneamento era visto como uma forma de 'investimento' no sentido político-econômico tradicional, com o objetivo de criar uma força de trabalho saudável e evitar uma revolução social provocada pela miséria. Miguel Couto falava em nome da maioria de seus colegas médicos quando argumentou, em 1932, que o Brasil precisava era

de mais pessoas, não menos – que “um solo fecundado” era “um solo defendido” (Couto, 1932:102). O movimento pró-natalidade fez com que a eugenia brasileira raramente brandisse o tema da putativa fecundidade excessiva das classes e raças inferiores, tão essencial para a lógica e a retórica do movimento eugênico em outros lugares. Argumentavam, ao invés, que o Brasil era um “vasto hospital” repleto de indivíduos doentes, e que exigia um programa de saneamento (Stepan, 1976:115).

Mais atraente para os eugenistas brasileiros eram os exames médicos pré-nupciais – uma espécie de controle da natalidade sem controle de natalidade. Aqui, também, nada de novo quanto à exigência de exame médico obrigatório (em contraste com exigências religiosas) para os casamentos (tal exame fora adotado na legislação dinamarquesa desde 1798, com poucos resultados). No início do século XX, esses exames tinham muitos defensores na Europa e nos Estados Unidos, desde feministas preocupadas em proteger as mulheres de infecção venérea no matrimônio a médicos interessados em proteger as crianças dos efeitos das infecções dos pais. Os eugenistas defendiam impedimentos ao casamento, voluntários ou impostos pelo Estado, apontando os supostos defeitos hereditários que poderiam ser eliminados da população caso se impedisse que indivíduos sífilíticos ou eugenicamente insalubres se casassem. Os exames pré-nupciais faziam parte das metas dos eugenistas brasileiros desde 1918, quando Kehl introduziu o assunto na primeira reunião da Sociedade Eugênica de São Paulo (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919). Na década de 1920, tais exames se tornaram assunto de um debate mais amplo, ainda que primordialmente médico, como se vê na palestra de Fernando Magalhães no Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene, em 1924, sobre a necessidade de exames pré-nupciais das condições dietéticas, econômicas, habitacionais e de saúde dos pretendentes ao matrimônio.

Vários médicos viam os exames pré-nupciais como instrumentos voluntários para encorajar a formação de grandes e saudáveis famílias. Outros esperavam vê-los introduzidos como restrições obrigatórias, controladas pelo Estado, a casamentos ‘doentes’. Ao longo de toda a década de 1920, os países latino-americanos debateram a possibilidade de introduzir legislação que proibisse o casamento de indivíduos (geralmente homens) com doenças contagiosas, ou que exigisse algum tipo de exames pré-nupciais, voluntários ou obrigatórios (Jimenez de Asúa, 1942). Ainda que a legislação proposta nesse sentido meramente ampliasse, em muitos casos, impedimentos de

saúde ou outros impedimentos legais, preexistentes, a novidade era a vagueza das doenças nomeadas (como ‘epilepsia hereditária’, por exemplo) e a confiança dos médicos em incentivar a intromissão do Estado na vida privada. Em 1926, o deputado brasileiro Amaury de Medeiros apresentou à Comissão de Saúde Pública do Congresso um projeto de lei exigindo exames pré-nupciais que ele descreveu como uma forma de eugenia ‘constitutiva’ (em oposição à ‘negativa’), compatível com as tradições brasileiras (isto é, católicas) (Medeiros, 1931). Os exames visavam às pessoas com graves defeitos físicos e doenças transmissíveis. Ainda que muitos congressistas se opusessem ao projeto, Medeiros teve o apoio dos eugenistas Kehl, Penna, Magalhães, Peixoto e outros, com fundamentos sanitários, embora Kehl, pelo menos, esperasse que os exames viessem a se tornar obrigatórios. A morte de Medeiros em 1927, no entanto, adiou qualquer ação legislativa até a década de 1930 (Porto-Carreiro, 1933).

Raça e o Movimento Eugênico na Década de 1920

E quanto à raça? Nos últimos anos tem havido considerável discussão entre os historiadores sobre eugenia, estrutura social e ideologia de raça ou classe. Na Grã-Bretanha, por exemplo, classe – não raça – esteve no centro da propaganda eugênica, especialmente as aparentes diferenças entre a ‘adequação’ e a fecundidade das classes (McKenzie, 1976). Os eugenistas enfatizavam o controle científico da população das classes inferiores e a promoção dos meios disponíveis para encorajar o crescimento das classes médias, supostamente mais eugênicas. Apesar disso, e mesmo que a eugenia estivesse associada à ideologia de classe, não houve qualquer relação simples entre movimento eugênico e estrutura de classes. Pesquisa recente revela que a eugenia britânica não pode ser entendida meramente como uma projeção direta, ou representação, de interesses de classe, porque muitos dos opositores da eugenia provinham da mesma classe dos próprios eugenistas (Searle, 1981).

O movimento eugênico brasileiro é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente

prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra ‘raça’ invariavelmente, no singular, para referir-se ao ‘povo brasileiro’, na esfera privada ela significava a ‘raça negra’.

Contudo, a eugenia brasileira da década de 1920 não foi um movimento de higienização ao estilo nazista, disposto a esterilizar ou eliminar alguma raça. Como poderia sê-lo, se nem todos os membros da elite estavam seguros da ‘pureza’ de seu sangue? Na verdade, na década de 1920, a eugenia esteve associada ao esforço de vários membros da elite por resgatar o país da acusação de decadência tropical e degeneração racial. Os anos 20 se caracterizaram, no Brasil, por um ufanismo reformulado (Skidmore, 1974). Um nacionalismo mais realista tomou conta da nação, fundado na rápida expansão de uma economia de exportação baseada no café, na industrialização e na ascensão de novos grupos profissionais de classe média que ansiavam por reformar a política tradicional da república e lançar o Brasil como potência mundial. Desenvolveram-se novos conceitos sobre saúde da força de trabalho dos cafezais e das fábricas de São Paulo e do Rio de Janeiro, sobre a necessidade de atrair imigrantes brancos para trabalharem no Brasil e sobre as condições de doença e ignorância em que viviam as populações das cidades e dos vastos sertões.

Nesse contexto, os brasileiros começaram a rejeitar sua tradicional dependência de valores e conhecimentos europeus, e a buscar maneiras de reinterpretar suas próprias condições climáticas e raciais de modo a se permitirem uma visão mais otimista do país, compatível com o que acreditavam ser os imensos recursos naturais e a singular composição racial do Brasil. Dessa tentativa de reconciliar seu entendimento limitado da realidade social com as descobertas da ciência moderna surgiu no Brasil uma adaptação particular da ciência racial da época.

Na primeira parte do século XX, por exemplo, muitos higienistas brasileiros negavam que o ambiente tropical do país fosse hostil à raça branca, ou que causasse doenças tropicais. Nos trabalhos médicos, surgiu uma tese brasileira de ‘aclimação’ dos brancos aos trópicos, na contramão da visão européia então corrente de que, por razões climáticas, a raça branca seria incapaz de trabalhar e prosperar sob calor extremo, e de que a população racialmente híbrida do Brasil estaria condenada à

degenerescência (Stepan, 1985). Em seu livro didático e popular *Minha Terra, Minha Gente* (1916) e em sua obra técnica *Hygiene* (1917), por exemplo, Afrânio Peixoto, professor de higiene pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criticou os cientistas e médicos europeus por difamarem o clima brasileiro e negou a existência de doenças especificamente tropicais (Skidmore, 1974).

As novas ciências da bacteriologia e da microbiologia, representadas nas atividades do Instituto Oswaldo Cruz nas primeiras duas décadas do século, foram saudadas com entusiasmo pelas elites precisamente por tratarem diretamente da questão da ‘degeneração’ tropical. Para muitos, a chave para um grande futuro do Brasil estaria na higiene pública e nas ciências do saneamento. A identificação da eugenia com saneamento foi uma das conseqüências da importância dada à ‘saúde’ tropical na década de 1920. Peixoto, por exemplo, combinou eugenia e saneamento de forma característica, chamando a eugenia de novo capítulo da higiene, que levava à saúde na gestação, na educação física, na inteligência e na moralidade. Seu lema era a prevenção, mais que a cura, e que a eugenia preventiva seria a chave para um Brasil saudável.

Ainda mais essenciais para a história da eugenia no Brasil foram os esforços dos cientistas brasileiros por se livrarem da acusação da degenerescência mulata. A avaliação negativa dos mulatos pelos cientistas europeus e norte-americanos era confrontada pela afirmação brasileira de que seria por meio da miscigenação racial que o Brasil realizaria seu próprio futuro ‘eugênico’. Na década de 1920, o racismo extremado – ainda que jamais ausente de todo – tornava-se exceção, em vez de regra. As relações raciais, dizia-se, eram, no Brasil, diferentes das que prevaleciam nos Estados Unidos. Quão diferentes e por que, isto continua sujeito a interpretações controversas, mas a ausência de segregação legal baseada na raça (já que o controle da mobilidade social pela elite branca podia ser feito por meio de mecanismos informais, extra-jurídicos, como a política clientelista) permitiu que os brasileiros invocassem para si um caráter nacional baseado no ‘homem cordial’ (homem afetuoso, de orientação privada), contente consigo mesmo e com os outros, infenso à intolerância racial (Lamounier, 1978). A classe média estava em expansão e arrematava indivíduos mestiços educados, como o escritor Antônio Machado e o cientista Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional dos Alienados e presidente honorário da liga na qual as questões eugênicas eram rotineiramente discutidas.

De qualquer modo, nos anos 20, as elites eram, cada vez mais, ideologicamente ‘assimilacionistas’ no discurso público, ainda que social e racialmente discriminadoras na esfera privada.

Assim, na década de 1920, a manifestação expressa de racismo ia contra o curso dos desenvolvimentos sociais e ideológicos. Em um contexto de profunda preocupação com o fato de que o Brasil deixara de alcançar um tipo nacional homogêneo e de que o país estaria, na verdade, ameaçado de degeneração racial, a tese do branqueamento começou a adquirir significados mais positivos e a conformar o movimento eugênico de maneiras interessantes (Skidmore, 1974). Segundo essa tese, o histórico de miscigenação entre as três ‘raças’ que povoaram o país – os índios, os negros e os europeus – impediu o desenvolvimento dos conflitos raciais e dos padrões de segregação que caracterizavam as relações raciais nos Estados Unidos. Mais ainda, a mistura racial era vista como causa, não de degeneração, mas de regeneração, porque levava a um progressivo branqueamento da população por meios naturais (Monteleone, 1929). As populações negras e indígenas ‘puras’ que restavam estavam desaparecendo, argumentava-se, devido à seleção natural e social entre elas, à alta mortalidade, às baixas taxas de reprodução e à ‘desintegração’ social que se seguira à abolição. Enquanto isso, a imigração branca era vista como meio de aumentar rapidamente a proporção de brancos. Os cruzamentos entre mulatos e brancos favoreceriam o branqueamento não só pela superioridade biológica dos brancos como também pelo fato de que os mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles próprios.

O diretor do Museu Nacional, João Batista Lacerda, fez em 1911 uma defesa científica da tese do branqueamento em documento elaborado para o First Universal Races Congress, realizado em Londres. No ano seguinte, com base nos dados do censo brasileiro, Lacerda calculou que por volta do ano 2012 a população negra do Brasil estaria reduzida a zero, e os mulatos seriam não mais que 3% da população (Skidmore, 1974)! Uma defesa posterior da tese do branqueamento, de lógica racista, foi feita pelo escritor, bastante popular, Oliveira Vianna, quando argumentou, em *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, que através da influência regressiva dos atavismos étnicos e do cruzamento com brancos haveria, com o tempo, uma filtragem dos mulatos e o desenvolvimento de uma clara predominância biológica dos brancos sobre os negros e mestiços.

A crescente popularidade intelectual e política do ‘mito’ do branqueamento nas décadas de 1920 e 1930 é mais importante que sua

precisão sociológica, embora os tipos de relações sociais e de classe que a sustentaram mereçam estudo mais aprofundado. A grande escala da imigração branca no Sul – a região com menos negros do Brasil na última década do século XIX e nos primeiros 20 anos do século XX – desempenhou um papel, como também o fizeram as altas taxas de mortalidade infantil entre as populações pobres, de maioria negra e mulata. A fé da *intelligentsia* na capacidade de a ‘branquidade’ dominar a ‘negritude’ foi reforçada pelo continuado ‘sucesso’, tanto dos mecanismos informais de controle social da mobilidade dos negros como das formas mais institucionalizadas de repressão, tais como o uso da polícia para manter a ‘ordem’ social e racial até fins da década de 1930, momento em que as relações sociais e de poder foram reorganizadas dentro do novo Estado autoritário.

Em resumo, as dúvidas sobre a situação racial do Brasil davam lugar a interpretações raciais cautelosamente otimistas do ‘problema social’ que influenciaram as maneiras como a nova ciência da eugenia entrou no discurso acadêmico e no debate social. O mito do branqueamento repousava, nitidamente, na idealização da branquidade. Ele representava como que um raciocínio orientado pelas aspirações de uma elite que governava uma sociedade multirracial em uma época dominada pelo racismo, um anseio por um sentimento real de brasilidade em um país partido por clivagens raciais e sociais. Era uma garantia de que a ‘arianização’ (para usar uma palavra popularizada por Vianna) poderia tornar-se uma realidade no Brasil. Ainda que a fé no branqueamento limitasse o propalado liberalismo racial brasileiro, no contexto da época, no entanto, ela permitiu uma avaliação mais positiva da contribuição dos mulatos – quando não dos negros – para a vida cultural e social no Brasil. À avaliação negativa de Vianna sobre os mulatos contrapôs-se a visão de Batista Lacerda de que o mulato brasileiro tinha uma inteligência superior à do negro, e de que o histórico racial do país não era impedimento para um sólido futuro.

À medida que a tese do branqueamento ganhava terreno, nas décadas de 1920 e 1930, como ideologia não oficial da elite, muitos brasileiros desviavam sua atenção do pessimismo racial para a educação, a reforma social e o saneamento como respostas ao ‘problema nacional’. O resultado foi um movimento eugênico que, conquanto se fundasse em ideologia racista, foi sutilmente afastado de um racismo declarado.

Por exemplo, Belisário Penna, um dos líderes do movimento eugênico, era um conservador, crítico do que via como política corrupta da república e consequência de sua equivocada fé na democracia e no igualitarismo. Como estudantes do Instituto Oswaldo Cruz, em 1913, ele e Arthur Neiva haviam empreendido uma longa jornada a cavalo pelo interior do Brasil, registrando a devastação causada pela ancilostomose, pela doença de Chagas, pela malária e pela má nutrição entre a população racialmente híbrida e assolada pela pobreza da região Nordeste (Neiva & Penna, 1916). A jornada fez de Penna um propagandista da importância estratégica do saneamento para a regeneração econômica e social do país (Skidmore, 1974). Seu livro *Saneamento do Brasil*, uma contundente condenação da incapacidade do sistema federal de governo de angariar recursos ou administrar efetivamente um programa nacional de ação contra a doença e a desnutrição nas áreas rurais, fez dele uma figura conhecida nos círculos médicos e eugênicos. Para Penna, não era a raça que incapacitava os sertanejos e caboclos: as doenças epidêmicas e endêmicas eram a verdadeira causa. Para ele, sanear era eugениzar. Ele manteve essa ênfase no saneamento e na saúde pública até o final dos anos 20. Em 'Eugenia e eugenismo' (1929), ele reiterou que as condições sociais eram muito mais importantes para a saúde do que a raça ou o clima da região.

Talvez ainda mais emblemático da eugenia brasileira seja o Jeca-Tatu, figura da ficção literária introduzida pelo escritor Monteiro Lobato para representar a condição de atraso da raça brasileira. Jeca-Tatu era um indivíduo pobre, ignorante e mestiço. Por volta de 1918, no entanto, Monteiro Lobato havia mudado de idéia sobre seu significado. Seu livro *O Problema Vital* foi escrito expressamente para popularizar o saneamento como salvação do Brasil, em um esforço por desviar a atenção da explicação racial para a desintegração social (Skidmore, 1974). Nessa obra, Monteiro Lobato reviu seu ensaio sobre a decadência de Jeca-Tatu, que primeiro analisara em termos de raça e depois em termos de doenças epidêmicas. "Jeca-Tatu foi feito, não nasceu", escreveu ele (Skidmore, 1974:271). Caso se desse comida a Jeca-Tatu, e se eliminassem seus parasitas, escreveu Renato Kehl, ele se tornaria "Jeca-Bravo" (Kehl, 1923a:203).

Fernando Azevedo concordou. Argumentou que a composição racial do povo brasileiro não era empecilho para o sucesso da eugenia e afirmou que Jeca-Tatu era exatamente como os bandeirantes de sucesso que haviam limpado o território de São Paulo e feito sua grandeza. Suas diferenças não

eram raciais, mas sociais e higiênicas. A eugenia, afirmava, conclamava para a eliminação de venenos, não de pessoas (Azevedo, 1919b).

Resumindo, nos anos 20, a eugenia procurou identificar-se com saneamento. Sua linguagem era menos uma linguagem de seleção e genética que de reforma da saúde pública. O eugenista britânico Trounson tinha razão: os brasileiros interpretavam a palavra de forma menos estrita que os britânicos, e faziam-na abranger “uma boa parte do que chamamos higiene” (Trounson, 1931:236).

Lamarck contra Mendel: um divisor de águas

No final da década de 1920, a eugenia parecia pronta a expandir-se. Sob a superfície, no entanto, começavam a surgir divisões no movimento – divisões que, a despeito da receptividade pública à eugenia, impediriam que obtivesse um consenso mais amplo e a segurança institucional. Havia dois tipos de divisões: científicas e ideológicas. Cientificamente, o divisor de águas referia-se à genética neolamarckiana, em oposição à mendeliana. Ideologicamente, dizia respeito à questão de raça, confirmando assim que, no Brasil, raça, de fato, estava no cerne da questão eugênica. O modo como essas questões científicas e ideológicas se entrelaçaram no país foi surpreendente e tende a desafiar nossas expectativas tradicionais sobre políticas sociais que decorrem da ciência.

Tomando primeiro o cisma científico, vimos que, a despeito de seu verniz de galtonismo e mendelismo, a eugenia brasileira tinha raízes intelectuais na França e uma percepção neolamarckiana. A maioria dos eugenistas era formada de médicos, não de cientistas pesquisadores praticantes, o que não é de surpreender em um país onde a carreira profissional de pesquisa científica acabara de ser institucionalizada e onde a medicina era um caminho normal para o *status* profissional. Como médicos, a maior parte dos eugenistas brasileiros estava na prática clínica; poucos tinham conhecimentos de primeira mão sobre genética, ou sequer liam alemão ou inglês fluentemente. De muitas maneiras, eram bastante semelhantes a seus colegas franceses e, como eles, inconsciente mais que conscientemente, neolamarckianos em suas premissas genéticas.

O neolamarckismo dos eugenistas brasileiros não seguiu, contudo, sem questionamentos. Na segunda metade da década de 1920, uma nova geração de cientistas biólogos, a maioria empregada nas novas instituições

científicas do país, começou a adquirir considerável sofisticação em termos das divergências entre o mendelismo anglo-saxão e o neolamarckismo latino. Alguns deles se mostraram pouco dispostos a deixar que as opiniões lamarckianas dos eugenistas passassem sem discussão.

Uma das primeiras, senão a primeira, tese médica sobre mendelismo foi escrita em 1918 (Viana, 1918). Não obstante, o mais importante entre os críticos mendelianos envolvidos com a eugenia foi Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional de Antropologia entre 1926 e 1936 e presidente do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, cujas opiniões científicas tiveram, conseqüentemente, grande peso. Roquette-Pinto é mais lembrado por sua abordagem do estudo dos tipos raciais brasileiros, de modo geral científica (primordialmente antropométrica). Seu endosso à genética mendeliana resultou em um ataque específico às premissas neolamarckianas de seus colegas eugenistas.

Em seu livro de ensaios de 1927, Roquette-Pinto definiu eugenia como uma seleção artificial da hereditariedade humana baseada em três componentes da genética moderna: citologia, biometria e biologia experimental. Por volta de 1928 ele já citava o geneticista norte-americano Charles Davenport ao falar sobre a teoria do cromossomo, argumentando que “toda pessoa letrada sabe que, na verdade, a celebrada ‘influência do meio ambiente’ ficou restrita a limites muito estreitos”. “A maioria dos biólogos”, comentou ele, “não acredita que o meio ambiente seja capaz de influenciar as características hereditárias, todas elas dependentes do plasma genético. O meio ambiente – acredita-se hoje em dia – modifica apenas o somatoplasma, a parte dos seres vivos que não se incorpora à herança genética” (Roquette-Pinto, 1933:35).¹ Roquette-Pinto acreditava que a confusão entre eugenia e saneamento, tão em evidência durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929, seria esclarecida até a conferência eugênica subsequente, quando o verdadeiro tema da eugenia – a herança mendeliana – passaria ao centro das atenções.

Um segundo local onde a eugenia mendeliana predominou foi a Escola Agrícola Luiz de Queiroz em Piracicaba, fundada em 1901, fora da capital, para melhorar a produção de animais e plantas de valor comercial no estado de São Paulo. Carlos Teixeira Mendes era o professor de agricultura da escola. Seu interesse no cultivo e seleção de plantas pode ser explicado pelo fato de ele ter adotado, logo cedo, o mendelismo e a nova ciência da hibridização (Teixeira Mendes, 1917). Em 1918, ele proferiu as primeiras palestras dadas

no Brasil sobre genética mendeliana, em seu próprio Departamento de Agricultura e no Departamento de Zootecnia chefiado por Octávio Domingues. Domingues era um importante divulgador da genética mendeliana no Brasil e, apesar de não ser um cientista dedicado à pesquisa original, foi uma figura importante dentro do movimento eugênico.

Como membro da American Genetical Association e da Eugenics Society of London, Domingues seguia estritamente a genética mendeliana. Seus textos sobre eugenia, entre os quais se destacam *A Hereditariedade em Face da Educação* (1929), *Hereditariedade e Eugenia* (1936) e *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* (1942), estiveram entre os primeiros a rever sistematicamente e de forma atualizada as genéticas norte-americana, britânica e européia para leitura dos cientistas e do público em geral. Domingues citou, entre outros, Galton, Pearson, Punnett, Morgan, Davenport, Castle, Conklin e Jennings, além dos biólogos franceses Guénot e Guyénot.

Em sua análise da teoria genética da época, Domingues fez extensa crítica ao neolamarckismo de seus colegas eugenistas. Chamou-o de deturpação da ciência provocada por uma excessiva dependência da França, embora também observasse que mesmo dentro da genética francesa se encontravam críticos de Lamarck, citando Guénot e Guyénot como exemplos (Domingues, 1936). Em 1930 ele se queixou, no *Boletim de Eugenia*, do fato de, com poucas exceções, os brasileiros serem ignorantes em termos de genética. Em 1936, Domingues ainda podia afirmar que poucos no Brasil haviam sequer ouvido falar de Thomas Hunt Morgan.

A respeito de seus colegas eugenistas, Domingues (1929:139) escreveu: “Nossos cultivadores da eugenia estão seguindo um caminho errôneo, confundindo eugenia com higiene individual e social, com ginástica, desenvolvimento físico individual, com esportes – assuntos que estão ligados à ciência de Galton, mas que não são propriamente eugenia”.

Sete anos mais tarde, reiterou seu alerta:

Entre nós, quando nossos higienistas orgulhosamente recomendam a limpeza, bons hábitos higiênicos, abstinência de álcool, fumo, drogas de qualquer tipo, ou ginástica racional, elogiam essas recomendações pensando que o que se adquire em uma vida é transmitido à prole. Assim, uma maneira de aprimorar geneticamente a raça seria adotar tais medidas, de modo que, em poucos anos, nosso povo seria transformado em helenos puros: corpos lindos e fisionomia grega! (Domingues, 1936:147)

A essa visão neolamarckiana da eugenia, Domingues opunha outra, mendeliana. Como Roquette-Pinto, ele enfatizava a significância da hereditariedade na vida humana, distinguia entre heranças biológica e social, e defendia um programa de eugenia ‘e’ ‘eutecnia’,^{N. T. 2} ou saneamento geral, que criasse no Brasil o ambiente saudável em que indivíduos geneticamente adequados pudessem prosperar.

Um terceiro exemplo dos novos mendelianos foi André Dreyfus. Transferido da Faculdade de Medicina de São Paulo para a primeira universidade ‘moderna’ do Brasil, a Universidade de São Paulo, ajudaria a formar ali aquele que viria a ser o principal centro brasileiro de pesquisa genética na década de 1940. Em documento apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia intitulado ‘O estado actual do problema da hereditariedade’ (1929), Dreyfus revisou as leis de hereditariedade de Mendel e sua recente confirmação experimental, ressaltando que elas haviam dado à genética uma orientação totalmente nova. Dreyfus observou que as alternativas, como a lei de Galton da herança ancestral, citada repetidas vezes por Renato Kehl, só eram levadas a sério por pesquisadores que não atentavam ainda aos resultados positivos da genética (Dreyfus, 1929). Todos os esforços por confirmar experimentalmente as noções neolamarckianas haviam fracassado e, em consequência, a crença de “vários eugenistas de que um ambiente favorável, boa alimentação e instrução seriam capazes de influenciar o patrimônio hereditário” tivera “infelizmente, de ser abandonada” (Dreyfus, 1929:91). Em 1943, Dreyfus convidou o geneticista, russo de nascimento, Theodosius Dobzhansky para treinar, em São Paulo, o que viria a ser o primeiro grupo de pesquisadores da drosófila. O fato de que dois anos mais tarde, em 1945, Dreyfus julgasse importante repetir sua censura à herança neolamarckiana em suas palestras sobre genética indica a extraordinária persistência no Brasil da crença na transmissão de caracteres adquiridos.

Conquanto a crítica científica ao neolamarckianismo não surpreendesse alguns biólogos brasileiros (Andrade Filho, 1925), apanhou desprezíveis muitos dos delegados do congresso eugênico de 1929. Levi Carneiro, presidindo a sessão sobre educação e legislação, comentou em seu discurso ‘Educação e eugenia’ que a refutação de Roquette-Pinto à transmissão

^{N.T.2} No original em inglês, eutecnics: a ciência e a arte de melhorar o bem-estar do homem por meio da melhoria das condições de vida (cf. Oxford English Dictionary. Oxford University Press, 1994. 2nd ed. em CD-ROM).

hereditária neolamarckiana negava a importância do álcool e das doenças venéreas para o aprimoramento racial (isto é, hereditário), bem como dos exames pré-nupciais – os quais Roquette-Pinto declarara fora do campo da eugenia por evitarem doenças infecciosas não relacionadas com a hereditariedade. Carneiro (1929) falava em nome da maioria dos eugenistas quando defendeu tanto os exames pré-nupciais (já endossados pelo congresso) como a herança neolamarckiana (citando Richet e Houssay), mas estava suficientemente inseguro de seus fundamentos para admitir que a influência do meio ambiente não estava inteiramente comprovada. Como sugeriu Carneiro, a negação da transmissão de caracteres adquiridos punha em xeque a lógica das campanhas antialcoólicas, com as quais a Liga de Higiene Mental estava tão intimamente identificada. Talvez não seja de surpreender que o fundador da liga, Gustavo Reidel, continuasse a duvidar que as leis de Mendel se aplicassem à espécie humana, afirmando que, para ele, a desordem e a doença mentais tinham um efeito hereditário direto sobre a prole, justificando-se inteiramente, assim, o programa eugênico de higiene mental (Carneiro, 1929).

Talvez o exemplo mais interessante do efeito da crítica mendeliana à eugenia neolamarckiana tenha sido o impacto que teve no infatigável promotor e líder da eugenia brasileira, Renato Kehl. Em fins da década de 1920, início da de 1930, o próprio Kehl ficara frustrado com a confusão na mente do público entre eugenia e saneamento. Como explicaria mais tarde, aliados do movimento sanitaria tinham sido úteis no início da campanha eugênica, quando o conhecimento público sobre eugenia e hereditariedade era pequeno, e para ele próprio não estava muito clara a distinção entre saneamento e eugenia (Kehl, 1933, 1937). Quando a elite abraçou a higiene pessoal, o exercício físico e até os esportes organizados como 'eugênicos', porém, Kehl começou a protestar, afirmando que nenhuma reforma higiênica, por maior que fosse, poderia alterar o estoque hereditário do Brasil. Seu neolamarckismo estreitara-se, e ele começou a enfatizar medidas eugênicas negativas e a citar com aprovação os higienistas raciais alemães e escandinavos. Mesmo passando a uma eugenia mais negativa e racista, Kehl ainda teve dificuldade em abandonar o neolamarckismo que por tanto tempo dominara seu pensamento. Por volta de 1929, admitiu que a sífilis e a tuberculose não causavam condicionamento hereditário, como acreditava, provocando apenas dano congênito limitado a uma única geração (1935). Isto é, admitiu que apenas raramente

esses ‘venenos raciais’ (para usar a terminologia britânica) realmente modificavam as células reprodutoras e, por conseguinte, a característica hereditária da prole.

Mas o recuo de Kehl em relação ao neolamarckismo foi menor do que pareceu a princípio. Em *Lições de Eugénia*, que apareceu em 1929, a tempo de circular no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugénia, a revisão de Kehl das teorias da hereditariedade continuava eclética, lembrando-nos da forma fluida como se percebiam as teorias da hereditariedade nos círculos latinos. O neolamarckianismo de Cope e Giard, o neodarwinismo de Weismann, o pré-adaptacionismo de Guénot, o mutacionismo de De Vries e a teoria do cromossomo de Morgan eram, todos, apresentados por Kehl (1935) aos leitores brasileiros com pouca seletividade. Mais ainda: o uso por Kehl (1937) do termo ‘eugenismo’ para descrever todas as atividades que promoviam a eugenia, inclusive a educação, o saneamento, os esportes, a legislação e a higiene, confundia a distinção que ele próprio procurava traçar entre eugenia e saneamento, ou eutecnia. Sua continuada confiança nos conceitos neolamarckianos revela-se também em sua insistência em afirmar que o antialcoolismo seria essencial para a eugenia porque o álcool podia afetar não apenas a fisiologia das células reprodutivas como também a própria hereditariedade (Kehl, 1935, 1930c). Ainda em 1937, em seu manifesto *Por que Sou Eugénista*, encontramos referências similares ao efeito das doenças crônicas e das toxinas sobre o plasma germinativo – isto é, ao que ele denominou ‘desordens blastophtóricas’ – ainda que agora excluísse a febre amarela, pelo menos, dos males que tinham efeitos blastophtóricos.

Lamarck, Mendel e Raça: um divisor de águas ideológico

O cisma entre os eugenistas lamarckianos e os mendelianos no Brasil teria tido menor importância para o movimento eugênico (e seria de menos interesse para os historiadores) não fosse sua estreita associação com a divisão ideológica sobre a direção que a eugenia deveria seguir. Essa divisão girou em torno de raça e da definição sobre se o movimento eugênico deveria caminhar para uma forma mais negativa, ao estilo alemão. Confrontaram-se os eugenistas neolamarckianos, do lado racista, e os mais modernos ‘mendelianos’, do lado anti-racista.

As raízes da eugenia mais negativa que surgiu na década de 1930 estavam no passado. A eugenia de Kehl fora sempre mais negativa e racista

que a da maioria de seus colegas, mas ele camuflara seu negativismo pela necessidade de atrair para o movimento eugênico aliados dos campos do saneamento e da clínica médica, poucos dos quais tinham, de início, conhecimento, seja de genética, seja de eugenia. A existência de uma tradição de discurso polido, não racista, também cerceou a expressão pública de um racismo declarado. Ao final da década de 1920 e início da de 1930, contudo, uma eugenia mais extrema, de estilo anglo-saxão, passou a se manifestar de forma mais ampla.

Havia muitas causas para a atração da eugenia negativa. A maior familiaridade com a eugenia alemã e norte-americana teve influência parcial. A aprovação, nos Estados Unidos, da lei de imigração de 1924, de inspiração eugênica, gerou considerável discussão entre os eugenistas da América Latina. Na Primeira Conferência Pan-Americana de Eugenia e Homicultura, realizada em Havana, em 1927, os delegados latino-americanos votaram pelo direito de cada Estado controlar a imigração da forma que considerasse mais adequada e em harmonia com a composição étnica percebida dos respectivos países (Pan American Conference On Eugenics And Homiculture Of The American Republics, 1927). As leis americanas de esterilização eugênica foram também discutidas. Kehl começou a apresentar no *Boletim de Eugenia* resumos, em alemão, dos artigos publicados, com isso sugerindo a existência no Brasil de um público para a eugenia que lia alemão – como o que se poderia encontrar nas colônias de língua alemã do sul e do sudeste do país. Por volta de 1929, Kehl elogiou abertamente os eugenistas da Alemanha por sua ‘coragem’ em questões de eugenia e predisse que um dia o Estado controlaria toda a reprodução (em nota de rodapé à edição de 1935 do *Lições de Eugenia* observaria que sua previsão havia se materializado). Afirmou também que a Comissão Central Brasileira de Eugenia tinha por modelo a Sociedade Alemã para Higiene Racial, fundada em 18 de setembro de 1931.

Outro possível fator para o surgimento de uma eugenia mais negativa no Brasil foi o desenvolvimento, no final da década de 1920 e início da de 1930, de ideologias orgânicas estatizantes e antidemocráticas que culminaram na fundação da Ação Integralista Brasileira em 1932 (Trindade, 1974, 1975). Embora a conexão entre eugenia e integralismo ainda esteja por ser comprovada, a ênfase na hierarquia natural, na família e no papel do Estado na estruturação das relações sociais sugere certas similaridades entre um movimento eugênico conservador e a ideologia corporativista.

A orientação católica do integralismo, porém, representou um obstáculo real à penetração da eugenia extremada, especialmente após a encíclica papal *Casti Conubii*, de 1930, que condenou a esterilização e a eugenia.

Finalmente, no final da década de 1920, verificou-se a desaceleração da imigração branca para o Brasil, levando algumas pessoas a se preocupar com o destino racial do país: sem um contínuo influxo de sangue branco, perguntavam, qual seria o resultado da propalada miscigenação brasileira? Quando escreveu seu *Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização*, um “livro semiológico dos males gênito-sociais” (1933:7), Kehl estava pessimista. O Brasil, acreditava ele, era uma república ‘desmoralizada’, em busca de ‘homens válidos’. Ele estava determinado a marcar a divisão entre eugenia e saneamento – a negar que “sanear é eugenizar, que educar é eugenizar”. O que o Brasil necessitava, argumentava Kehl, era menos de exercício, educação e até higiene geral – nenhum dos quais podia afetar o plasma germinativo – que de uma verdadeira eugenia baseada, entre outras coisas, na esterilização dos degenerados e criminosos, na imposição de exames pré-nupciais obrigatórios e na legalização do controle da natalidade (Kehl, 1933). Nas páginas do *Boletim de Eugénia*, a linguagem da seleção – virtualmente ausente da literatura eugênica da década de 1920 – ganhava agora maior destaque, assim como a de classe (ver, por exemplo, Decroly, 1929). Manifestava-se preocupação com os diferenciais de fertilidade entre as classes, com os custos sociais da filantropia e com o ônus para o Estado da mediocridade e da inadequação (Kehl, 1929a, 1931a, 1931c; Cunha Lopes, 1931). A eugenia, argumentava-se, deveria ocupar-se do gerenciamento racional e estatal da população, do incentivo à reprodução das classes superior e média, eugênicas, e da prevenção da reprodução das classes inferiores, menos eugênicas. Na forma como a apresentavam Kehl e seus aliados, mudava todo o tom da eugenia, que então ficava muito mais próxima do movimento norte-americano.

Em nenhum lugar a mudança para uma eugenia mais pessimista e negativa foi mais notável que na questão de raça. Referências à ‘nossa raça’ ou à ‘raça brasileira’ foram substituídas por referências às raças ‘branca’ ou ‘negra’. Cresceu o número de artigos publicados no *Boletim de Eugénia* sobre os riscos da miscigenação racial, tema que dominou as edições posteriores dos livros de Kehl (por exemplo, Kehl, 1929b; Silva, 1931). Não apenas citavam-se, com aprovação, Lundborg e Mjöen, higienistas raciais alemães e escandinavos, como trechos selecionados de seus escritos foram

traduzidos para o português e reproduzidos na íntegra (Lundborg, 1930, 1931; Mjöen, 1931). Até o termo 'higiene racial' começou a ser usado (por exemplo, na nota de pé de página de Kehl em Mjöen, 1931). Os mulatos eram agora descritos como elementos heterogêneos, instáveis, perturbadores da ordem nacional. O fato de que o Brasil vinha conseguindo um branqueamento por meio da miscigenação racial era, para Kehl, razão de tristeza, não de comemoração. Ele alertava contra os cruzamentos entre raças e classes, ao mesmo tempo que desaprovava sua falta de preconceito racial e de classe (Kehl, 1935).

No entanto, ao esposar uma eugenia negativa, neolamarckiana, racista, tão atraente para as preocupações privadas – às vezes até públicas – da elite brasileira, Kehl ia contra poderosas correntes científicas e ideológicas que arrastavam a eugenia brasileira para outra direção, e que evitariam que ela se tornasse o movimento de higienização racial que ele então visualizava (Castiglione, 1942). Muitos dos mendelianos brasileiros se opunham à associação da eugenia não apenas com o lamarckismo, mas também com o racismo. Enquanto Kehl defendia uma eugenia negativa e racista fundada na transmissão de caracteres adquiridos, diversos mendelianos propunham uma eugenia mais voluntarista, com menos orientação racial, em que eugenia e saneamento trabalhassem juntos para o aprimoramento da 'raça'.

Um dos opositores mendelianos de Kehl foi Octávio Domingues, que, em 1929, referiu-se ao mulato brasileiro dizendo que ele era produto de hibridização mendeliana normal e saudável e que o Brasil era exemplo 'especial e precioso' de miscigenação racial. Se o mestiço às vezes era inferior, escreveu ele, não o era mais que as supostas raças puras da Europa. O continuado compromisso de Domingues com a ideologia do branqueamento revela-se em seu uso das leis de Mendel para argumentar, com base na herança mendeliana de cor da pele e nas proporções raciais do país (ele acreditava que os brancos dominavam), que através de contínua miscigenação racial o Brasil se branquearia naturalmente com o tempo. Vale dizer, um povo mulato poderia produzir prole branca porque, no mendelismo, os fatores hereditários que controlam a cor nem se misturam, nem se fundem, mas são preservados e recombinados (Domingues, 1929). Embora pronto a defender o valor eugênico do controle da natalidade e até da esterilização em bases individuais, não raciais, Domingues (1936) preferia uma eugenia positiva baseada no incentivo a uma consciência eugênica nos

indivíduos, por meio da educação, pela qual as pessoas com defeitos hereditários evitariam reproduzir-se. Ele se opunha a qualquer forma de controle da reprodução pelo Estado (1929).

Assim, Domingues era tanto mendeliano como menos racialmente inclinado que Kehl. Seus pontos de vista sobre raça e mistura racial são particularmente reveladores da forma como a ideologia do branqueamento interagiu com a ideologia eugênica ao final da década de 1920. Domingues interpretava a miscigenação não como causa de degeneração racial, mas como um processo biologicamente adaptativo que permitiria que se desenvolvesse uma verdadeira civilização nos trópicos. Vemos aqui um curioso prenúncio da tese de Gilberto Freyre da democracia racial, com sua dependência da biologia racial e sua visão positiva da mistura de raças como, em si mesma, uma forma de eugeniização, ou aprimoramento eugênico.

O antropólogo mendeliano Roquette-Pinto desempenhou um papel ainda mais público que Domingues na luta para manter a eugenia livre das mãos de racistas estridentes. Seu contato com Franz Boas em Nova York, em 1926, foi, possivelmente, um fato que contribuiu para fazer de Roquette-Pinto um ardente defensor do valor do mulato para a cultura brasileira. Ele questionou o ponto de vista de Kehl, Mjöen e outros sobre a degeneração dos mulatos, declarando que esta não estava cientificamente comprovada e, no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, criticou também o *Lições de Eugenia* de Kehl (que o autor fizera circular entre os participantes do congresso), acusando-o de não representar, em seus pontos mais extremados, a visão do congresso. Em seus ensaios sobre antropologia brasileira, ele invocou o *Prometheus* de Jennings (1925) para alertar contra os eugenistas apressados a quem faltavam dados científicos (Roquette-Pinto, 1978).

Em uma sutil inversão do uso que Davenport fizera da genética mendeliana para alertar contra os perigos dos cruzamentos raciais (Kevles, 1985), Roquette-Pinto argumentou que os cruzamentos mendelianos entre brancos e negros seriam um processo saudável de branqueamento. Mesmo sem novos cruzamentos com brancos, afirmava ele, os mulatos já tinham genes brancos e poderiam produzir filhos tão brancos que nem mesmo um antropólogo experiente como ele próprio conseguiria distingui-los dos europeus (Roquette-Pinto, 1927). Tendo avaliado mais de dois mil homens brasileiros, afirmava ele, tinha uma sólida base para tal julgamento. Acrescentou, porém, que o objetivo da eugenia não era branquear, mas sim educar todas as pessoas, brancas e negras, sobre a importância da hereditariedade,

de modo que os indivíduos de inclinação eugênica, ajudados por programas estatais de saneamento, pudessem participar voluntariamente na ‘purificação’ da raça. A eugenia em si, declarou ele, era uma área “onde o Estado não penetra” (Roquette-Pinto, 1927:205). O resultado das diversas restrições científicas e políticas que influenciaram os escritos de Roquette-Pinto foi uma eugenia na qual a sugestão de uma abordagem positiva e reformista combinava-se com a eutecnia, ou reforma do meio ambiente.

As disputas políticas e científicas dentro da eugenia brasileira vieram à tona no congresso de 1929. O debate sobre raça provocado pelo documento ‘O problema eugênico da imigração’, do deputado racista (e mendeliano) Azevedo Amaral dominou o evento. As discussões prosseguiram no segundo e no terceiro dias. Tão acalorado foi o debate que as propostas de Amaral tiveram de ser reformuladas e votadas separadamente: a primeira sobre restrição à entrada de não-europeus em geral; a segunda restringindo especificamente a entrada de negros. A questão, claro, girava em torno do valor dos cruzamentos raciais. Ao afirmar que a mistura racial leva à degeneração, Amaral teve o apoio de Fontanelle, higienista mental, de Xavier de Oliveira, médico clínico, e do presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto. Opuseram-se a ele Roquette-Pinto, o antropólogo Fróes da Fonseca, Belisário Penna e Fernando Magalhães e o fisiologista Miguel Osório de Almeida, todos ou defensores dos cruzamentos raciais, ou contrários à restrição à imigração com base em critérios étnicos ou raciais (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia [doravante PCBE], 1929).

Como presidente do congresso, Roquette-Pinto desempenhou importante papel ao forçar a questão que, afirmou, não era uma questão de raça, mas de higiene. Penna o apoiou. Magalhães lembrou aos participantes que o passado do Brasil baseava-se no mestiço, e acrescentou: “somos todos mestiços e portanto excluiríamos a nós mesmos” (PCBE, 1929:20). “Não acreditamos”, disse Fróes da Fonseca, “que a eugeniização do Brasil seja um problema racial” (PCBE, 1929:79).

Roquette-Pinto (1978) defendeu de modo especial o valor eugênico dos japoneses contra ataques de eugenistas como Miguel Couto, que há muito pedia restrições a imigrantes asiáticos com argumentos eugênicos (Boletim da Academia Nacional de Medicina, 1925).

Roquette-Pinto e seus aliados estavam prontos a conceder a necessidade de algum tipo de seleção individual dos imigrantes, como havia sido proposto em 1925 por Juliano Moreira, Pacheco e Silva e outros. Tal seleção

se basearia na saúde e visaria a assegurar a entrada de pessoas dispostas a aprender português e a adaptar-se ao jeito brasileiro, de modo que o Brasil pudesse chegar à unidade nacional. Aquilo a que se opunham era uma seleção racial da imigração, que viam como fundada apenas em preconceitos nada científicos e ultrapassados.

No congresso de 1929, a etiqueta racial triunfou sobre a crença privada. Em uma conferência repleta de temas controversos, as propostas de Azevedo Amaral foram umas das poucas não endossadas na forma original. Sua proposta para uma política nacional de exclusão de imigração com base na raça foi rejeitada, pelos participantes presentes à sessão, por 25 votos contra 17 (PCBE, 1929).

Eugenia no Estado Novo

Para muitos países da América Latina, a década de 1930 foi um período politicamente tão excepcional quanto para a Europa. No Brasil, a década se inaugurou com a queda da Primeira República e a ‘Revolução de 30’, produto de novas forças sociais, algumas de orientação radical, outras conservadoras, todas críticas do controle da política pela tradicional oligarquia composta, principalmente, pelos donos de terras. Com ela, ganhou proeminência Getúlio Vargas, político do Rio Grande do Sul que assumiu a presidência e preparou o caminho para a Assembléia Constituinte, em 1933, que iria elaborar uma nova Constituição para o Brasil. A princípio, esses eventos pareceram representar novas oportunidades políticas e sociais e oferecer um espaço para experimentação institucional. Houve, nesse período, a criação de novas agências federais, dentre as quais se destaca o Ministério do Trabalho.

Em uma época em que o Brasil sofria os efeitos da depressão mundial e da rápida queda dos preços internacionais do café, o colapso das maneiras tradicionais de fazer as coisas e a busca de alternativas pareciam oferecer uma nova perspectiva para a consolidação da eugenia em âmbito nacional. Renovaram-se os esforços pelo estabelecimento de uma legislação contra o alcoolismo e pela obrigatoriedade dos exames pré-nupciais (Porto-Carreiro, 1933). A Liga Brasileira de Higiene Mental ampliou seus serviços, criando a primeira “clínica infantil de eufrenia” (ABHM, 1934, 7:65). Em 1931, o incansável Kehl criou a Comissão Central Brasileira de Eugenia, cuja tarefa era promover a eugenia e fazer *lobby* pela legislação eugênica entre os

membros da Assembléia Constituinte. Seus dez membros permanentes eram Kehl, como secretário-geral; Ernani Lopes, presidente da Liga de Hygiene Mental; Gustavo Lopes, um auxiliar do Departamento Nacional de Saúde Pública; Porto-Carreiro, professor de medicina na Universidade do Rio de Janeiro; Cunha Lopes, da Assistência a Psicopatas; Toledo Piza Jr., professor de zoologia da Escola de Agricultura de Piracicaba; Octávio Domingues, professor de zootecnia na mesma escola; Achilles Lisboa, higienista e eugenista; e Caeta Coutinho, inspetor de farmácias do Departamento Nacional de Saúde Pública.

No ano de sua fundação, a comissão ganhou visibilidade política com a nomeação de Belisário Penna como diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, subordinado ao novo Ministério de Educação e Saúde Pública. A escolha de Penna insuflou as esperanças dos eugenistas de que, finalmente, seria aprovada no país uma legislação antialcoólica (ABHM, 1931, 4). Além disso, Roquette-Pinto e Kehl foram convidados para integrar uma comissão especial organizada dentro do Ministério do Trabalho para consultoria sobre eugenia e problemas de imigração.

Por volta de 1937, contudo, o período de experimentação política e limitada democracia parlamentar chegaria ao fim. Sete anos após a 'Revolução de 30', e apenas três depois da promulgação da Constituição de 1934, Getúlio Vargas conseguiu consolidar seu poder em um novo Estado corporativista, o Estado Novo, que persistiria até o final da Segunda Guerra Mundial, encerrando-se em 1945 com um golpe militar. A Era Vargas continua a esquivar-se de fáceis definições ideológicas e políticas (Putnan, 1941, 1942; Lowenstein, 1942; Levine, 1970; Chauí & Franco, 1978). Embora tivesse encerrado a Primeira República, as continuidades do Estado Novo com o passado eram marcantes. De início interpretado como uma versão brasileira do fascismo europeu, o Estado Novo, corporativista e autoritário, combinou uma desconcertante mistura de elementos reacionários e progressistas.

De um lado, após um período de experimentação política em que foram criados os primeiros partidos de massa da esquerda democrática (a Aliança Nacional Libertadora) e da direita (o integralismo), cresceu a repressão política, especialmente após 1935, fortalecendo-se o controle de Vargas sobre o sistema político e o Estado. Esse controle envolveu o policiamento de 'dissidentes', da esquerda e da direita, e a eventual eliminação dos partidos políticos e o encarceramento de muitos de seus líderes.

Por volta de 1938, todos os partidos políticos haviam sido eliminados. O que quer que fosse, o Estado Novo não tinha lugar para os partidos fascistas.

Socialmente, o regime Vargas também presenciou a ampliação do poder do Estado nacional para gerenciar e controlar grupos que representavam ‘problemas sociais’, como os doentes mentais, as prostitutas e os delinqüentes juvenis. De um lado, foi nesse período que um sistema estatal de identificação foi discutido pelo especialista em medicina legal Leonídio Ribeiro, que abrira um novo instituto de identificação na capital federal, em 1933, e trabalhou em estreita associação com o chefe da polícia da cidade, Felinto Müller, de extrema direita, na ‘atualização’ das técnicas ‘científicas’ de identificação e tratamento dos criminosos ‘patológicos’ no Brasil (Ribeiro, 1931). De outro, sob o governo Vargas, o Brasil iniciou a incorporação ao Estado de novos grupos sociais, notadamente a classe operária industrial urbana, que, em troca do controle corporativista e da aquiescência social, ganhou nova legislação de bem-estar social e trabalhista e a criação do Ministério do Trabalho (Flynn, 1979).

Foi nesse contexto que a eugenia sobreviveu no Brasil, na década de 1930. A complexidade do regime Vargas encontrou seu par no movimento eugênico – em sua orientação científica (neolamarckiana e mendeliana), em sua ideologia racial (que ia do segregacionismo ao assimilacionismo) e em sua proposta de políticas sociais (higiene pública, proteção à maternidade, legislação trabalhista, controle da imigração). A formação de um novo departamento nacional de saúde, em 1934, a ênfase no bem-estar infantil (ainda que ineficaz na prática), a restrição ao trabalho feminino e infantil (também ilusória) e a atenção dada à saúde das mães não podem ser entendidas sem referência à história da eugenia no país. Mesmo que tais desenvolvimentos fossem, obviamente, resultado de muito mais que meras pressões dos eugenistas, estes defenderam ativamente seus pontos de vista durante os debates da Assembléia Constituinte de 1933 e conseguiram transformar parte de suas preocupações eugênicas em novas leis e instituições culturais e sociais. Muitas dessas inovações legislativas e culturais sobreviveram ao Estado Novo. As áreas de sucesso e fracasso lançam considerável luz sobre o caráter ideológico da Era Vargas.

Primeiro, a proposta dos eugenistas à Assembléia Constituinte de fazer da promoção da educação eugênica uma responsabilidade do Estado nacional foi aceita na constituição (Kehl, 1935). Considerando a identificação da eugenia com a ‘saúde’, esse resultado talvez não seja excepcional, e

certamente pouco representou em um país onde, provavelmente, 90% da população era de analfabetos, e onde a escolarização primária era calamitosa. A cláusula de ‘educação eugênica’ tem mais significância pela importância simbólica que conferiu à eugenia que por seus resultados práticos.

Segundo, à medida que a Igreja Católica se aproximava do Estado brasileiro em 1930 (Della Cava, 1976; Todaro, 1974), obtendo importantes concessões constitucionais, como a validade jurídica dos casamentos religiosos e a proibição do divórcio, eugenistas radicais como Kehl achavam o ambiente pouco propício a programas sancionados pelo Estado para esterilização dos “inadequados e inaptos” ou dos “grosseiramente degenerados” defendido por Afrânio Peixoto, José Fontanelle, Pacheco e Silva, e Leitão da Cunha (Kehl, 1935:225). Frustraram-se igualmente os esforços dos eugenistas e de trabalhadores e médicos radicais pela legalização do aborto em casos excepcionais, do controle da natalidade por motivos eugênicos (Kehl, 1935; Ribeiro, 1942) ou outras razões. A despeito dos esforços dos eugenistas por assegurar aos políticos que a eugenia não era nem uma religião substituta, nem contrária à fé católica, esterilização, controle da natalidade e aborto eram percebidos como anticatólicos e continuaram ilegais no Brasil até muito recentemente.

Teve mais sucesso, e foi mais aceitável para a sensibilidade católica, a cláusula ‘nubente’, que exigia que os noivos apresentassem comprovação de sua saúde mental e física antes do casamento, uma exigência inserida na Constituição de 1934, oito anos antes que cláusula similar fosse incorporada à sua correspondente francesa. A lei brasileira era qualificada pela declaração de que sua aplicação levaria em consideração as condições regionais do Brasil (provavelmente uma referência à falta de números adequados de agentes de saúde em qualquer lugar fora das grandes cidades). Como um número muito expressivo das uniões no Brasil era extralegal, a eficácia de qualquer legislação neste sentido seria duvidosa. Também inútil seria a discussão sobre se tal lei era ou não ‘eugênica’. Vários eugenistas reconheciam que não o era, já que não examinava supostos defeitos ‘hereditários’, apenas os infecciosos – doenças venéreas, principalmente. De qualquer modo, a lei não entrou em vigor e desapareceu na Constituição de Vargas de 1937. Isso explica os continuados reclamos por exames pré-nupciais adequados ao longo das décadas de 1930 e 1940 (Roxo, 1939-1940).

O ramo da eugenia que enfatizava ‘saneamento’, seja a higiene pública, seja uma higiene reprodutiva de tipo neolamarckiano, também encontrou seu lugar no Estado Novo. Do ponto de vista de muitos eugenistas, a

aprovação de novas medidas de seguridade social, a criação de benefícios de desemprego e pensões, a ampliação do auxílio às mulheres grávidas, a introdução de benefícios à maternidade para incentivar a formação de grandes famílias e a legislação trabalhista protetora (tal como a restrição ao horário de trabalho das mulheres) foram, todas, medidas bem recebidas de aprimoramento ‘eugênico’ (Kehl, 1935). Muitos dos eugenistas admiravam os amplos programas de ‘proteção familiar’ executados por Mussolini na Itália fascista, programas cuja orientação pró-família, pró-catolicismo, antiabortiva e antifeminista era altamente congruente com a ideologia eugênica brasileira (Ribeiro, 1937).

A admiração pela legislação social e trabalhista introduzida em 1934 e nos anos seguintes manifestada por eugenistas extremistas como Kehl devia-se, em parte, à falta de coisa melhor, já que tal legislação não envolvia a seleção eugênica baseada em classe ou raça, e não discriminava, no que tange aos benefícios, entre os indivíduos eugenicamente ‘valiosos’ e os ‘não valiosos’. Afinal, o presidente da Eugenics Society of London, Leonard Darwin (1926), afirmara que os cuidados pré-natais não se enquadravam no escopo da eugenia e que a assistência pública não-seletiva promovia a decadência racial.

A eugenia também encontrou algum tipo de guarida no Estado Novo quando Vargas fez da puericultura um instrumento para incorporação das massas no Estado e para promoção de um sentimento patriótico apartidário, apolítico (Lowenstein, 1942). Educação física e esportes de equipe eram encorajados nas escolas como forma de “nivelar as disparidades étnicas” (Lowenstein, 1942). Os termos ‘eugénica’, ‘eufrenia’, ‘eugenia’ e ‘disgenia’ foram amplamente usados no Brasil da década de 1930 para descrever as atividades de atenção às crianças e às mães. Em 1937, Vargas fundou o Instituto Nacional de Puericultura, subordinado ao novo Ministério da Educação e Saúde. Funcionando dentro do Hospital Arthur Bernardes, em colaboração com um laboratório de estudos de biologia infantil, médicos realizavam, além de consultas pré-natais, exames eufrenicos (de higiene eugênica mental) nas crianças que lhe eram encaminhadas para estudo pelos centros de detenção juvenil. Como organização independente, o instituto sobreviveu até 1946, quando foi incorporado à Universidade do Brasil. Nas edições de seu boletim pode-se acompanhar a passagem do instituto, da puericultura, da eufrenia e da ‘eutropia’, na década de 1930, para a ‘atenção à criança’, na década de 1940.

Por último, alguns eugenistas encontraram seu caminho dentro do novo Ministério do Trabalho e das clínicas estatais para crianças, adolescentes e para 'delinqüentes'. Ali estudavam as 'patologias' hereditárias da raça brasileira.

O exemplo mais interessante da forma como a eugenia se entrelaçava com o Estado Novo na década de 1930 refere-se à raça e à nacionalidade. Segundo Lowenstein, o Estado de Vargas foi marcado pelo "desejo de criar uma consciência homogênea de nacionalidade como base para a vida social e política" (1942:188). Novos aparatos estatais foram desenvolvidos para ajudar a formar tal consciência, para promover o patriotismo e gerar um sentimento de unidade nacional. Diante dessa orientação ideológica, evitava-se deliberadamente em público o uso da linguagem do racismo, a evocação do antagonismo ou da diferença, ou o reconhecimento da realidade da discriminação racial, especialmente depois que o Brasil entrou na guerra contra a Alemanha. Mesmo antes, porém, a noção de que a fusão racial e cultural seria a solução para a composição racial e social do país tornara-se a ideologia oficiosa do Estado, defendida galhardamente apesar das evidências em contrário das profundas divisões raciais e de classe. A identidade e a homogeneidade nacionais seriam forjadas em casa, pela incorporação ao Estado dos estratégicos operários da indústria, que recompensaram Vargas com seu apoio, e por um nacionalismo excludente que resultou em uma série de leis que restringia o número de estrangeiros que poderiam ter emprego nas empresas brasileiras, e fez do português a língua única de instrução nas escolas. A destruição, por Vargas, do movimento integralista, de outro modo consistente com o Estado Novo, foi resultado, em parte, desse receio de que o integralismo, por sua identificação com o nazismo alemão, ameaçasse a 'brasilianização'. Eventualmente, Vargas suprimiu também os jornais em língua estrangeira, a exibição de bandeiras de outros países e, na medida do possível, a identificação como estrangeiras das colônias alemãs.

Nessas circunstâncias, recusando-se a aceitar o amálgama racial do país como solução para a identidade racial brasileira, os eugenistas racistas encontraram relativamente poucos adeptos. A fusão cultural e racial que levaria ao desaparecimento da negritude e à materialização do branqueamento era considerada 'eugênica' em si mesma.

Em contrapartida, a restrição à imigração, sonho antigo de alguns eugenistas, foi popular entre os políticos na década de 1930 devido ao crescente endosso a um processo de fusão e branqueamento dentro do

Brasil, com o auxílio da eugenia. O declínio da imigração européia no final da década de 1920 e a ascensão da imigração japonesa foram fatores essenciais de motivação dos reclamos dos eugenistas pela brasilianização e pela formação da unidade nacional em casa, medidas necessárias para proteção contra ameaças externas de grupos étnicos ou nacionais cujas características físicas ou culturais, afirmavam eles, iriam perturbar o processo natural de unificação e homogeneização do Brasil (Paes de Andrade, 1925). Esse ponto foi defendido por Belisário Penna no congresso de eugenia de 1929, quando manifestou em público sua preocupação com os colonos que se assentavam em grande número no Brasil e se recusavam a adaptar-se, lingüística e culturalmente, aos modos brasileiros (PCBE, 1929). Vemos a expressão da mesma preocupação no clássico trabalho de Fernando de Azevedo sobre cultura brasileira, publicado em 1943, onde o autor se refere às colônias japonesas e alemãs como “quistos na organização nacional” (Azevedo, 1950:37).

Em 1929, Penna, concordando com Roquette-Pinto e outros eugenistas envolvidos no debate sobre restrição racial, afirmou que o problema não era realmente racial e eugênico, mas político. Mas as preocupações com a unidade nacional – sobre ‘como’ o Brasil iria criar uma nação e uma etnia únicas – serviram para unir eugenistas e políticos que, em outros pontos, divergiam radicalmente em suas visões da questão racial. Elas deram aos eugenistas seu grande sucesso legislativo. Sua preocupação com a adequação dos imigrantes, fosse ela cultural ou racial, teve receptividade na Assembléia Constituinte de 1934, onde vários eugenistas desempenharam papel ativo na elaboração de alguns artigos da nova Constituição. Miguel Couto e Xavier de Oliveira apresentaram à Assembléia os argumentos eugênicos que haviam exposto em 1929, defendendo uma seleção racial dos imigrantes, atacando particularmente os japoneses, que acusavam de contribuir para a formação de um ‘mosaico racial’ no país (Navarro, 1950; Brasil, 1935, 4). Antonio Pacheco e Silva argumentou que a restrição era tanto eugênica como medida de saúde pública, apresentando dados para mostrar que os imigrantes japoneses e italianos introduziam novas doenças no país (Castiglione, 1942). Para outros membros da Assembléia Constituinte, a restrição à imigração era necessária devido ao alto desemprego que o país enfrentava (Mitchell, 1983). Da antiga posição, em que a imigração branca era bem-vinda como fonte de eugeniização, o Brasil estava agora prestes a fechar suas portas aos imigrantes em nome da proteção ao processo doméstico de eugeniização. O resultado dos vários argumentos

foi uma lei de imigração ‘eugênica’, que estabeleceu, pela primeira vez no Brasil, cotas raciais (inclusive uma cota para negros), além da exigência de provas de adequação, econômica e de outra ordem, para entrada no país. Os artigos sobre imigração foram mantidos na Constituição promulgada pelo Estado Novo em 1937, ratificando o compromisso com o branqueamento do Estado nacional e reforçando o mito da unidade nacional.

Não obstante isso, a ideologia racial que obteve consenso no Brasil ao final da década de 1930 não foi a de Kehl, mas a do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Seus trabalhos deram as idéias-chave que dominariam as interpretações domésticas da história e da nacionalidade brasileiras durante os 30 anos subseqüentes. Freyre estudara na Universidade de Colúmbia, onde, sob a influência de Franz Boas (Stein, 1961), aprendera uma orientação ‘antropológica cultural’ e anti-racista. Na definição de seus pontos de vista, Freyre referiu-se também a fontes brasileiras, como a declaração de Roquette-Pinto em 1929 de que o tipo brasileiro não seria racialmente inferior, mas doente (Freyre, 1963). A intenção de Freyre era opor-se ao exagerado racismo biológico de autores como Oliveira Vianna, e introduzir análises mais sociológicas. Começando com *Casa-grande & Senzala*, em 1933, Freyre enfatizou a realidade da diversidade racial e cultural do Brasil, defendeu a ‘harmonia’ racial do país, contrastando-a com o conflito racial e os padrões de segregação dos Estados Unidos, e argumentou que o Brasil fora singular ao criar, de uma mistura racial, uma civilização ‘lusotropical’ no Novo Mundo.

Ainda que tenha representado uma sutil subversão do pensamento racial em seu país e uma crítica ao tradicional pessimismo racial, o trabalho de Freyre não constitui um rompimento com o passado (Medeiros, 1980). Freyre, na verdade, afirmou que, longe de serem racialmente ‘inadequados’, como diziam Vianna e outros, africanos ‘eugenicamente’ superiores haviam se mesclado livremente, em uma democracia racial, com uma população portuguesa culturalmente adaptada aos trópicos e com os índios, produzindo um povo racialmente híbrido de crescente qualidade étnica e ‘eugênica’. Mesmo alterando as avaliações raciais, a estrutura do argumento – com sua ênfase em fatores de raça, antes que econômicos ou de classe – continuava a mesma.

A falha de Freyre ao deixar de revelar os profundos preconceitos e estruturas sociais que marginalizaram os negros e mulatos no sistema social brasileiro (uma falha pela qual foi amplamente criticado por uma nova geração de cientistas sociais brasileiros nos anos 60) não está em

questão aqui (Viotti da Costa, 1970). A questão é que o atrito racial e social no Brasil, ao final da década de 1920 e na de 1930, constituíram o contexto no qual a eugenia teve condições de sobreviver. O ramo da eugenia identificado com higiene pública, compatível com o branqueamento racial e com o mito da democracia racial, ganhou apoio. O lado da eugenia identificado com os movimentos negativos e pessimistas de higiene racial da Europa e dos Estados Unidos não o conseguiu.

A eugenia viu-se, assim, em posição estranha no Brasil. Sua feição científica e política torna impossível qualquer conclusão simples sobre as relações entre ciência e vida social. Cientificamente, a genética ao estilo neolamarckiano predominou nos círculos médicos até 1940 (Couto, 1935; Bandeira de Mello, 1939-1940). Na edição de 1934 de *Casa-grande & Senzala*, Gilberto Freyre defendeu o neolamarckismo, não na forma da teoria da blastophtoria, mas na do trabalho de Kammerer. Em suas visitas ao Brasil na década de 1940, para estudar a drosófila em climas tropicais, Theodosius Dobszhansky observou que muitos brasileiros ainda acreditavam na herança dos caracteres adquiridos (Dobszhansky, 1980). Somente ao final da década de 1940 é que o mendelismo finalmente tomou o lugar das idéias neolamarckianas.

Ideologicamente, enquanto Kehl e alguns de seus associados voltavam-se com admiração para a eugenia nazista, na década de 1930 (sem abdicarem de seu lamarckismo) outros intelectuais brasileiros começavam a ‘descobrir’ os negros, a estudar suas contribuições para a cultura brasileira e a se afastar de um racismo biológico, aproximando-se de um ‘racismo’ sociológico, de orientação mais cultural, em que a eugenia ainda encontrava lugar (Levine, 1973-1974). O ‘Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o racismo’, de 1935, assinado, entre outros, por Roquette-Pinto, Artur Ramos e Gilberto Freyre, representou a identificação mais pública das tradições raciais brasileiras com o anti-racismo extraído da leitura dos cientistas britânicos (Ramos, 1935). Ironicamente, a fé no branqueamento, ela própria baseada na premissa racista da superioridade da raça européia, tornou desnecessária uma eugenia extremada no Brasil.

Conclusão

A história da eugenia no Brasil tem interesse analítico e comparativo por várias razões. Primeiro, ela revela como o discurso científico foi um elemento constituinte da moderna história brasileira. Como tema, como

linguagem de análise e como conjunto de políticas sociais, a eugenia não foi um fenômeno exclusivamente anglo-saxão, mas serviu para estruturar debates e ações no Brasil, um país, à época, distante das pesquisas genéticas, mas bem sintonizado com a ciência como símbolo de modernidade.

Segundo, a história da eugenia brasileira mostra que a eugenia não pode ser entendida meramente nos termos de sua variante anglo-saxônica – a evidência é que ela constituiu uma vertente diferente, em termos científicos e ideológicos. O movimento eugênico mundial ajudou a conformar o debate brasileiro, mas a eugenia também foi reconfigurada no Brasil e adaptada à sua topografia intelectual e à sua agenda social, tornando-se importante elemento na reformulação ideológica do significado de raça para o futuro brasileiro.

Terceiro, o caso brasileiro é importante pela luz que lança sobre o relacionamento entre ciência e ideologia social. Os historiadores tendem a associar a crença na hereditariedade de características adquiridas com uma ideologia social de estilo reformista. Os conceitos neolamarckianos permitiram imaginar que, por meio de mudanças no ambiente social – como a eliminação de toxinas –, seria possível realizar alterações hereditárias permanentes. De fato, na década de 1920, os eugenistas lamarckianos no Brasil e na França tenderam a adotar uma variante ‘suave’, otimista. Pesquisa recente, contudo, revela que o relacionamento entre o lamarckismo e o pensamento social é mais complexo do que parece à primeira vista (Graham, 1977). Há exemplos de ideologia conservadora baseada na genética lamarckiana. O racismo científico norte-americano do final de século XIX, por exemplo, fundou-se nas idéias lamarckianas de hereditariedade (Stocking, 1968). De modo similar, dentro do campo do gênero, os argumentos conservadores de Maudley sobre a natureza e o papel das mulheres na sociedade basearam-se em conceitos lamarckianos (Sayers, 1982).

No caso da eugenia brasileira, a existência de uma eugenia tanto ‘suave’ como ‘dura’, dentro da tradição neolamarckiana, e a oposição que se desenvolveu entre os racistas neolamarckianos e os anti-racistas mendelianos (estes baseados em um racismo disfarçado) sugerem que a lógica inerente à ciência não determina seus significados e resultados sociais. Em vez disso, as ideologias científicas e sociais ligam-se de formas culturais e historicamente específicas que precisam ser contextualizadas.

Finalmente, a história da eugenia no Brasil sugere que seria de grande interesse estender o estudo da eugenia a outros países latino-americanos. A América Latina esteve longe de ser monolítica – política, social ou

ideologicamente. Com base nas descobertas brasileiras, é de se esperar que, em cada país, a eugenia tenha sido conformada por circunstâncias sociais, econômicas e raciais locais, tanto quanto pelas científicas.

Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, o México pós-revolução combinou uma adoção semi-oficial da visão de José Vasconcellos (1925), de uma raça mestiça superior ou 'cósmica' originada pela fusão de povos caucasianos, indígenas e africanos, com uma marginalização real, não oficializada, dos índios e mestiços não aculturados. Na Argentina, país onde houve imigração européia em grande escala no início do século XX e onde a população nativa foi praticamente exterminada, o debate, nas décadas de 1920 e 1930, girou em torno de qual fração da 'raça' européia melhor representaria a nacionalidade argentina. Em Cuba, a eugenia parece ter sido um tanto atípica para a região, devido a sua ligação estreita com a eugenia norte-americana e suas ideologias e políticas públicas mais 'duras'. A conexão entre a eugenia cubana e a influência norte-americana na ilha merece, claramente, ser explorada. Em resumo, a questão da eugenia esteve embutida nos debates específicos de cada país sobre nacionalismo, identidade nacional, classe, raça, bem-estar infantil e imigração.

Ainda que diverjam individualmente entre si, esses movimentos eugênicos latino-americanos parecem ter compartilhado várias características comuns. Para sabermos se eles, coletivamente, representam uma forma de eugenia peculiar da América Latina ou se, ao contrário, manifestam um estilo mais amplo de eugenia latina compartilhado com a França e a Itália, é preciso que se façam novas pesquisas.

Notas

¹ Tradução da versão para o inglês da autora.

Periódicos

Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Periódico da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Rio de Janeiro, 1925-1940.

Boletim da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, 1923, 1925.

Boletim de Eugénia. Rio de Janeiro, jul., 1929 - dez., 1931.

O Brazil-Médico, 1929.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. de. *Doenças Venéreas e a Puericultura Prénatal*. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Coelho, 1925.

ANDRADE FILHO, J. J. de. *Da Genohygia no Brasil*. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1925.

AZEVEDO, F. de. Meninas feias e meninas bonitas: eugénia e plástica. *Annaes de Eugénia*:149-153, 1919a.

AZEVEDO, F. de. O segredo de marathona. *Annaes de Eugénia*:115-135, 1919b.

AZEVEDO, F. de. *Brazilian Culture: an introduction to the study of culture in Brazil*. New York: Macmillan, 1950. [1.ed. 1943]

AZEVEDO, F. de. *Da Educação Física: o que é, o que tem sido e o que deveria ser*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960. [1.ed. 1920]

BANDEIRA DE MELLO, N. Alcoolismo e hereditariedade. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 12:84-91, 1939-1940.

BOWLER, P. J. *The Eclipse of Darwin: antidarwinism in the decades around 1900*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

- BRASIL. *Annaes da Assembléia Nacional Constituinte*, 1931, 4:490-493, 546-548, 1935.
- CARNEIRO, L. Educação e eugénia. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENÍA, 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos*. p.107-116.
- CASTIGLIONE, T. *A Eugénia no Direito da Família*. São Paulo: Saraiva e Cia., 1942.
- CHAUÍ, M. & FRANCO, M. S. C. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CONGRÈS LATIN D'EUGÉNIQUE. *Rapport*. Paris: Masson, 1938.
- CORREA, M. *As Ilusões da Liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, 1982. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- COUTO, M. *A Medicina e a Cultura: edição definitiva das allocuções proferidas na Academia Nacional de Medicina pelo seu presidente de 1913 a 1931*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1932.
- COUTO, M. *Clínica Médica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Flores e Mário, 1935.
- CUNHA, E. da. *Rebellion in the Backlands*. Trad. Samuel Putnam. Chicago: University of Chicago Press, 1944. [1.ed. 1902]
- CUNHA LOPES, I. Pesquisas genealógicas. *Boletim de Eugénia*, 3:33-54, 1931.
- CUNHA LOPES, I. Da esterilização em psiquiatria. Rio de Janeiro: separata dos *Archivos Brasileiros de Neuratria e Psiquiatria*, 1934.
- DARWIN, L. *The Need for Eugenic Reform*. New York: Appleton, 1926.
- DECROLY, O. A selecção dos bem-dotados. *Boletim de Eugénia*, 1:49-50, 1929.
- DELFINO, V. Por la raza y por la patria. *Annaes de Eugénia*:187-189, 1919.
- DELLA CAVA, R. Catholicism and society in Twentieth century Brazil. *Latin American Research Review*, 11:750, 1976.
- DOBZHANSKY, T. *The Roving Naturalist: travel letters of Theodosius Dobzhansky*. Philadelphía: American Philosophical Society, Ed. Bentley Glass, 1980.
- DOMINGUES, O. *A Hereditariedade em Face da Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- DOMINGUES, O. Os programas de ensino e a genética. *Boletim de Eugénia*, 2(13):50-51, 1930a.
- DOMINGUES, O. Saúde, hygiene e eugénia. *Boletim de Eugénia*, 2(18):48-51, 1930b.

- DOMINGUES, O. *Hereditariedade e Eugénia: suas bases, theorias, suas applicações práticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- DOMINGUES, O. *Eugénia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*. São Paulo: Editora Nacional, 1942.
- DREYFUS, A. O estado actual do problema da hereditariedade. PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENÍA, 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos*. p.87-97.
- DREYFUS, A. Curso de genética, com applicação à orquidologia. *Boletim do Círculo Paulista de Orquidófilos*, 2:51-59, 69-78, 89-102, 109-117, 125-132, 141-146, 157-164, 1945.
- FARANI, A. Como evitar as proles degeneradas. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 4:169-179, 1931.
- FAUSTO, B. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, B. (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1978.
- FAUSTO, B. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890--1924). In: FAUSTO, B. (Ed.) *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.193-210.
- FLYNN, P. *Brazil: 4 political analysis*. Boulder, Colo.: Westview Press, 1979.
- FREIRE COSTA, J. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala*. 2.ed. São Paulo: Imprensa Paulista, 1933-1934.
- FREYRE, G. *The Masters and the Slaves: a study in the development of Brazilian civilization*. 2.ed. New York: Knopf, 1963.
- FRIAS, J. A. *El Matrimonio, sus Impedimentos y Nulidades: derecho comparado*. Córdoba: El Ateneo, 1941.
- FRÓES DA FONSECA, A. Os grandes problemas de anthropologia. PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENÍA, 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos*. p.63-86.
- GRAHAM, L. R. Science and values: the eugenics movement in Germany and Russia in the 1920s. *American Historical Review*, 82:1/13-31/164, 1977.
- HAHNER, J. E. Feminist, women's rights, and the suffrage movement in Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 15:65-111, 1980.
- JIMENEZ DE ASÚA, L. *Libertad de Amar y Derecho de Morir: ensayos de un criminalista sobre eugenesia e eutanasia*. Buenos Aires: Losado, 1942.

- JENNINGS, H.S. *Prometheus, or Biology and the Advancement of Man*. New York, E. P. Dutton, 1925.
- KEHL, R. F. Conferencia de propaganda eugênica. *Annaes de Eugenia*:67-79, 1919a.
- KEHL, R. F. Darwinismo social e eugenia. *Annaes de Eugenia*:177-183, 1919b.
- KEHL, R. F. Que é eugenia? In: SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919c. p.219-223.
- KEHL, R. F. *A Cura da Fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923a.
- KEHL, R. F. *Eugenia e Medicina Social: problemas da vida*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923b.
- KEHL, R. F. *Como Escolher uma Boa Esposa: ensaios de eugenia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
- KEHL, R. F. Limitação da natalidade. *Boletim de Eugenia*, 1(12):89-90, 1929a.
- KEHL, R. F. Questões de raça. *Boletim de Eugenia*, 1(6,7):51-52, 1929b.
- KEHL, R. F. Aos nossos leitores: inquérito sobre a educação sexual da infância e da mocidade. *Boletim de Eugenia*, 2(19):52,1930a.
- KEHL, R. F. Inquérito sobre educação sexual. *Boletim de Eugenia*, 2(24):45-47, 1930b.
- KEHL, R. F. Qual o mecanismo da hereditariedade normal e mórbida? *Boletim de Eugenia*, 2(16):50-51, 1930c.
- KEHL, R. F. Campanha da eugenia no Brasil: um interessante inquérito. *Boletim de Eugenia*, 3(28):32, 1931a.
- KEHL, R. F. Casamentos e natalidade nas classes média e inferior. *Boletim de Eugenia*, 3(35):165, 1931b.
- KEHL, R. F. Eugenics in Brazil. *Boletim de Eugenia*, 3(28):36, 1931c.
- KEHL, R. F. The first eugenics movement in Brazil. *Boletim de Eugenia*, 3(28):35, 36, 1931d.
- KEHL, R. F. Aparas eugênicas: sexo e civilização (novas diretrizes). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.
- KEHL, R. F. *Lições de Eugenia*. Refundida e aumentada. 2.ed. Rio de Janeiro: Editor Brasil, 1935. [1.ed. 1929]
- KEHL, R. F. Eugenics in Brazil. *Eugenics Review*, 27:231-232, 1936.

- KEHL, R. F. *Por que Sou Eugenista: 20 anos de campanha eugênica, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.
- KEVLES, D. J. *In the Name of Eugenics: genetics and the uses of human heredity*. New York: Knopf, 1985.
- LACERDA, J. B. de. The *Métis*, or half-breeds, of Brazil. INTER-RACIAL PROBLEMS COMMUNICATED TO THE FIRST UNIVERSAL RACES CONFERENCE HELD AT THE UNIVERSITY OF LONDON, July 26-29, 1911. London: Ed. G. Spiller, 1911. p.377-382.
- LAMOUNIER, B. Raízes do Brasil. *Revista Senhor Vogue*:141-145, abr. 1978.
- LEVINE, R. E. *The Vargas Regime: the critical years, 1934-1938*. New York: Columbia University Press, 1970.
- LEVINE, R. E. The First AfroBrazilian Congress: opportunities for the study of races in the Brazilian Northeast. *Race*, 15:185-193, 1973-1974.
- LOVE, J. *São Paulo in the Brazilian Federation (1889-1937)*. Stanford, California: Stanford University Press, 1980.
- LOWENSTEIN, K. *Brazil under Vargas*. New York: Macmillan, 1942.
- LUNDBORG, H. Biologia racial: perspectivas e pontos de vistas eugênicos. *Boletim de Eugenia*, 2:14, 1930.
- LUNDBORG, H. Cruzamento de raças. *Boletim de Eugenia*, 3(34):125-127, 1931.
- McKENZIE, D. Eugenics in Britain. *Social Studies of Science*, 6:499-532, 1976.
- MacLEAN E ESTENOS, R. *La eugenesia en America*. México: Universidad Nacional, 1952.
- MAGALHÃES, F. Os inimigos da raça: moléstias evitáveis e intoxicações euphorísticas. *Medicamenta*, 4:13-15, 1925.
- MARCHAUD, H.-J. *L'Évolution de l'Idée Eugénique*. Bordeaux: Imprimerie-Librairie de l'Université, 1933.
- MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 1978. 6 v. [1.ed. 1915~1933].
- MEDEIROS, A. de. O exame pré-nupcial. *Archivos do Instituto Médico-Legal*, 2:71-86, 1931. [1.ed. 1927]
- MEDEIROS, M. A. de A. Casa-grande e senzala: uma interpretação. *Dados*, 23:215-236, 1980.
- MEIRA, J. F. *Neo-lamarckismo*. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina. Rio de Janeiro: Typ. Carvalhoes, 1907.

- MEIRA, R. Fatores de degeneração de nossa raça: meios de combatê-los. *Annaes de Eugénia*:49-64, 1919.
- MITCHELL, M. Race, legitimacy and the state in Brazil. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 29 set.-1 out., 1983, Cidade do México.
- MJÖEN, J. A. Cruzamento da raça. *Boletim de Eugénia*, 3(32):49-54, 1931.
- MONTELEONE, P. *Os Cinco Problemas da Eugenia Brasileira*, 1929. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina.
- MOREIRA, S. L. *A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação*, 1982. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MOURA, O. de. Saneamento - Eugénia - Civilização. *Annaes de Eugénia*:83-90, 1919.
- NAVARRO, M. *Miguel Couto Vivo*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.
- NEIVA, A. & PENNA, B. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul de Piauí, e norte a sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, 8:74-224, 1916.
- NINA RODRIGUES, R. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. 3.ed. Ed. Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1938. [1.ed. 1894]
- NISOT, N. T. *La Question Eugénique dans Divers Pays*. Bruxelas: Librairie Faile, 1927.
- NYE, R. A. *Crime, Madness and Politics in Modern France: the medical concept of national decline*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1984.
- PACHECO E SILVA, A. C. Imigração e hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1:27-35, 1925.
- PAES DE ANDRADE, G. de S. *O Japonez à luz da Biologia: considerações anthropologicas e ensaios eugénicos*, 1925. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina.
- PAN AMERICAN CONFERENCE ON EUGENICS AND HOMICULTURE OF THE AMERICAN REPUBLICS, I. *Actas de La Primera Conferencia Panamericana de Eugenesia y Homicultura de las Repúblicas Americanas*. Havana: República de Cuba, 1927.
- PAN AMERICAN CONFERENCE ON EUGENICS AND HOMICULTURE OF THE AMERICAS, II. *Actas de la Segunda Conferencia Panamericana de Eugenesia y Homicultura de las Repúblicas Americanas*. Buenos Aires: Fiascoli y Bindi, 1934.
- PAZ SOLDAN, C. E. *Un Programa Nacional de Política Sanitaria*. Lima: Estado Nunez, 1916.
- PEIXOTO, A. *Minha Terra, Minha Gente*. São Paulo: Francisco Alves, 1916.

- PEIXOTO, A. *Hygiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
- PEIXOTO, A. *Criminologia*. São Paulo: Editora Nacional, 1936. [1.ed. 1933]
- PEIXOTO, A. *Eunice ou a Educação da Mulher*. Rio de Janeiro: W. J. Jackson, 1944.
- PENNA, B. Saneamento do Brasil. Rio de Janeiro: *Revista dos Tribunaes*, 1918.
- PENNA, B. Exército e saneamento. Rio de Janeiro: *Revista dos Tribunaes*, 1920.
- PENNA, B. Eugénia e eugenismo. *Boletim de Eugénia*, 1929.
- PEREIRA CUNHA, M. C. *O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- PORTO-CARREIRO, J. O exame pré-nupcial como factor eugénico. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 6:87-94, 1933.
- PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENÍA, 1929, Rio de Janeiro. *Actas e Trabalhos*.
- PRISCO, F. Alcoholismo. *O Brazil-Médico*, 43:801-805, 1929.
- PUTNAM, S. Vargas dictatorship in Brazil. *Science and Society*, 5:97-116, 1941.
- PUTNAM, S. Brazilian culture under Vargas. *Science and Society*, 6:34-57, 1942.
- RAMOS, A. *Guerra e Relação de Raça*. Departamento União Nacional dos Estudos, 1935.
- RIBEIRO, L. Os problemas médico-legais em face de reforma da polícia. *Archivos do Instituto Médico-Legal e Gabinete de Identificação*, 1:11-26, 1931.
- RIBEIRO, L. Jubileu do Professor Afrânio Peixoto, 1906-1936: homenagem dos 'Archivos'. *Archivos de Medicina Legal*, 7:293-303, 1937.
- RIBEIRO, L. *O Novo Código Penal e a Medicina Legal*. Rio de Janeiro: Jacintho Editora, 1942.
- RIBEIRO, L. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Edições Conde, 1950.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Seixos Rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, 1927.
- ROQUETTE-PINTO, E. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1978. [1.ed. 1933]
- ROTHMAN, D. J. *Conscience and Convenience: the asylum and its alternatives in progressive America*. Boston: Little Brown, 1980.

- ROXO, H. Problemas de hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 12:49-51, 1939-1940.
- SAYERS, J. *Biological Politics*. Londres: Tavistock Publications, 1982.
- SCHNEIDER, W. Toward the improvement of the human race: the history of eugenics in France. *Journal of Modern History*, 54:268-291, 1982.
- SEARLE, G. R. Eugenics and class. In: WEBSTER, C. (Ed.) *Biology, Medicine and Society, 1840-1940*. Londres: Cambridge University Press, 1981. p.217-242.
- SILVA, L. L. Cruzamento do branco com o preto. *Boletim de Eugenia*, 3(30):35-36, 1931.
- SKIDMORE, T. F. *Black into White: race and nationality in Brazilian thought*. New York: Oxford University Press, 1974.
- SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.
- STEIN, S. J. Freyre's Brazil revisited: a review of New World in the tropics. The culture of modern Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 41:111-113, 1961.
- STEPAN, N. L. *Beginnings of Brazilian Science: Oswaldo Cruz, medical research and policy. 1880-1920*. New York: Science History Publications, 1976.
- STEPAN, N. L. *The Idea of Race in Science: Great Britain, 1800-1960*. Londres: Macmillan, 1982.
- STEPAN, N. L. Biological degeneration: races and proper places. In: CHAMBERLIN, J. E. & GILMAN, S. L. (Eds.) *Degeneration: the dark side of progress*. New York: Columbia University Press, 1985. p.97-120.
- STOCKING, G. W. Jr. *Race, Culture, and Evolution: essays in the history of anthropology*. Londres: CollierMacmillan, 1968.
- TEIXEIRA MENDES, C. *Melhoramento de Variedades Agrícolas*. Piracicaba: Typ. da Livraria Americana, 1917.
- TEPEDINO, A. *Eugenia (esboço)*, 1914. Tese, Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina.
- TODARO, M. Integralism and the Brazilian catholic church. *Hispanic American Historical Review*, 54:431-452, 1974.
- TRINDADE, H. H. Plínio Salgado e a revolução de 30: antecedentes. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 39:956, 1974.
- TRINDADE, H. H. A ação integralista brasileira: aspectos históricos e ideológicos. *Dados*, 10:25-60, 1975.

TROUNSON, Q. E. The literature reviewed. *Eugenics Review*, 13:236, 1931.

VASCONCELLOS, J. *La Raza Cósmica*. México, Espasa-Cape, 1925.

VIANA, L. *Em torno do Mendelismo*, 1918. Tese de medicina, Niterói.

VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1920.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1970.